



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

ELISABETE SANTOS DA PAIXÃO CERQUEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO
PERÍODO DE 2016 A 2019 A RESPEITO DO "FRACASSO
ESCOLAR" NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Salvador
2020

ELISABETE SANTOS DA PAIXÃO CERQUEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NO
PERÍODO DE 2016 A 2019 A RESPEITO DO "FRACASSO
ESCOLAR" NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Izabel Souza Ribeiro

Salvador
2020

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, o meu grande inspirador e ajudador, aquele que conduz todos os meus passos e que me permite o fôlego de vida a cada manhã.

À minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Souza Ribeiro, pelo seu carisma e simpatia, que mesmo sem me conhecer me acolheu como sua orientanda e esteve comigo durante todo o percurso de produção deste trabalho mesmo os últimos dias não sendo fáceis. Sou imensamente grata também pela confiança, pelo carinho e conhecimento compartilhado e por todas as contribuições nas diferentes fases de constituição deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Aos meus pais, Ednise Silva Santos e Justino Souza da Paixão Junior (in memoriam) por terem me criado com muito amor e dedicação, e, em especial, a minha mãe, por ser o meu porto seguro, por me apoiar dia e noite, por chorar e se alegrar comigo. Só nós duas sabemos das lutas e vitórias alcançadas.

Ao meu companheiro de jornada, o meu amado esposo, que me incentiva todos os dias a ser melhor, e que tem sido um grande aliado na conquista dos meus objetivos. Obrigada pela paciência, pelo carinho e pelos incentivos diários. Amo você!

Ao Programa Residência Pedagógica e professora orientadora Verônica Dominguez pela aprendizagem obtida durante minha atuação na escola pública como residente do curso de Pedagogia. Obrigada por todo o conhecimento construído.

Aos meus mestres que marcaram significativamente a minha jornada acadêmica: Rejane, Lícia, Sandra, Marize, Lygia, Ana Kátia, Silvanne, Emilia, Karina, Rilmar, Daniela, Verônica, Rosileia, e os demais. Sou muito grata por todo o conhecimento obtido, pelas perguntas respondidas e orientações dadas. Muito Obrigada!

As minhas amigas, colegas de graduação da UFBA, obrigada por compartilharem comigo os anseios, as conquistas, as aflições e o desejo de tornar-se Pedagoga.

Finalmente, obrigada a todos(as) aqueles que me proporcionaram crescer. Por vezes pelo amor e por vezes pela dor. Todos(as) de uma forma ou de outra, foram importantes nessa jornada acadêmica.

Acreditamos que a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Se a nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Paulo Freire (1967)

CERQUEIRA, Elisabete Santos da Paixão. Reflexões sobre a produção de conhecimento no período de 2016 a 2019 a respeito do "fracasso escolar" no contexto da Educação Profissional. Monografia (Graduação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

RESUMO

O fracasso escolar no contexto da Educação Profissional constituiu a temática deste Trabalho de Conclusão de Curso. O interesse pelo tema surgiu a partir de uma experiência de estágio realizada no Instituto Federal da Bahia, campus de Salvador. No desenvolvimento do trabalho investigativo para produção do atual TCC pretendeu-se abordar o fenômeno do fracasso escolar a partir das contribuições da autora Maria Helena Souza Patto, particularmente, sua obra *A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia*, e, em seguida, discutir a sua especificidade na Educação Profissional. A pesquisa do tipo exploratória e documental, de natureza qualitativa, teve como objetivo analisar como o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado/discutido em teses e dissertações publicadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações nos anos de 2016 a 2019. A pesquisa foi organizada em duas fases, primeiramente, levantamento de teses e dissertações que abordassem especificamente o fracasso escolar na Educação Profissional na base de dados delimitada e, posterior, análise dos quatro trabalhos encontrados. Os resultados obtidos revelaram que as causas para o fracasso escolar na Educação Profissional são múltiplas e variadas, e merecem atenção das instituições de ensino para a tomada de ações que colaborem com o êxito do aluno. A conclusão a que se chega neste trabalho é de que a escola ainda precisa desconstruir o pensamento de culpabilização do aluno e/ou sua família pelo fracasso escolar construído por uma literatura carregada de visões negativas para com a classe popular. Também vencer a concepção de aluno ideal partindo da perspectiva de uma diversidade existente numa sala de aula, que apresentam formas variadas de aprender e acessar o conhecimento.

Palavras-chave: Fracasso escolar. Educação Profissional. Produção de conhecimento.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Resultado busca 1, CAPES, descritores: fracasso escolar e educação profissional	32
Figura 2	Resultado busca 2, refinamento Área de Conhecimento: Educação	32
Quadro 1	Resultado da busca na base da BDTD	35
Quadro 2	Identificação dos trabalhos analisados	40
Quadro 3	Características dos trabalhos analisados	41

LISTA DE SIGLAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CEFET	Centro Federal da Educação Tecnológica
FACED	Faculdade de Educação
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFRR	Instituto Federal de Educação de Roraima
IFRR/CAM	Instituto Federal de Educação de Roraima/ Campus: Amajari
IFG	Instituto Federal de Goiás
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC	Serviço Social do Comércio
UFBA	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	REFLEXÕES SOBRE O FRACASSO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	14
3	APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICAS E PÚBLICO-ALVO	22
4	METODOLOGIA	31
5	O FRACASSO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE MOSTRA A PESQUISA	40
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO

Início a escrita deste Trabalho de Conclusão de Curso trazendo como ponto de partida os momentos e sentimentos que me mobilizaram a pensar sobre a temática aqui proposta. Como diz o autor Jorge Larrosa (2002), pensar não é somente “raciocinar”, “calcular” ou “argumentar”, mas, sobretudo, dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. Desse modo, quando escrevo e penso acerca do fracasso escolar, trago também um pouco de mim, de minhas implicações e dos caminhos que percorri nessa trajetória de estudante. Falar sobre si, implicada na pesquisa, não se apresenta como uma tarefa fácil, mas nos auxilia a pensar sobre nossas implicações na produção do próprio objeto de estudo.

Em meu percurso de vida acadêmica no curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED-UFBA), ao realizar vários estágios não obrigatórios na área da Educação em escolas públicas e privadas de Salvador, deparo-me com situações educacionais no contexto da Educação Profissional do Instituto Federal da Bahia (IFBA), no período de um ano e dois meses, em que permaneci na instituição. Considero a minha passagem neste lugar a melhor experiência e aprendizado que tive diante de uma equipe de pedagogos profissionais e competentes em seus trabalhos desenvolvidos, como: orientação educacional, atendimento as famílias, intermediação de conflitos entre professor e aluno e demais instâncias com outros setores presentes na escola. Confesso que sair aos prantos, mas, era necessário vivenciar outras experiências no campo da educação.

O interesse em estudar sobre o tema fracasso escolar surge a partir das experiências vividas nessa instituição de ensino. Dessa maneira, apresento um pouco do que vivi e, principalmente, das minhas participações nos Conselhos de Classes, nos quais os desempenhos escolares dos alunos eram avaliados por uma equipe de professores e os encaminhamentos das avaliações eram registrados por demais profissionais, como: pedagogos, psicólogos, nutricionistas e assistentes sociais para agirem diante da necessidade do aluno.

Nessas reuniões de Conselho de Classe, os docentes faziam relatos sobre os estudantes que não conseguiam avançar no quantitativo e corriam o risco de perder o ano. Embora o qualitativo fosse também avaliado, minhas reflexões se iniciaram por ouvir com recorrência que os baixos rendimentos dos alunos que haviam

ingressado na escola, tinham como um dos principais fatores a defasagem de aprendizagem na Educação Básica inicial. A maioria dos docentes afirmava que o motivo do mau êxito escolar se deu por terem vivenciado durante a trajetória estudantil um ensino básico fraco e precário nas escolas por onde passaram.

Contudo, a partir dessas experiências de relatos dos professores que vivenciei nos Conselhos de Classe do Instituto Federal da Bahia, passei a refletir sobre as dificuldades que o estudante enfrentava em acompanhar o curso ao ingressar na instituição com a intenção de investigar as causas e possíveis soluções. Assim, o foco temático desse trabalho surge a partir de minhas inquietações e reflexões sobre as falas dos docentes nos Conselhos de Classe.

Durante a minha trajetória escolar, proveniente da escola pública durante todo o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, ao ser candidata para o vestibular após a conclusão do Ensino Médio, precisei fazer dois anos de curso preparatório para, enfim, alcançar o tão desejado sonho de ingressar na universidade. Filha de pai falecido e de uma mãe gerente de farmácia, o meu desejo era de não dar muitas despesas a minha mãe que nunca me deixou faltar nada. Por isso considerei ser uma obrigação entrar na universidade pública, gratuita e de qualidade. Mas esses dois anos em cursinhos para alcançar o objetivo foram os melhores que tive pelo fato de ter aprendido muito mais do que durante sete anos passados na Educação Básica. Haja vista que assim como eu no primeiro ano do Ensino Médio desconhecia a palavra vestibular, muitos estudantes também enfrentam essa realidade, hoje difícil de acreditar. Os professores do Ensino Médio não incentivavam a classe, a qual eu fazia parte, para obter a apropriação do conhecimento. As atividades eram de memorização, cópias e trabalhos para aplicação de notas. Sinto que havia sido rotulada por pertencer à classe social pobre e tenho recordações, como, a ausência de professores por faltarem o trabalho na instituição que desorganizava todo um conteúdo que já não era articulado para a aprendizagem. Graças a um tio, de oito irmãos por parte de mãe, o primeiro a interessar-se por uma formação acadêmica, pude ter orientações e realizar o desejo de ingressar no Ensino Superior. A princípio, uma das razões para o fracasso escolar está numa educação que desacredita no potencial de seus alunos, subestimando a capacidade de muitos pelas dificuldades de escolarização apresentadas.

A autora Maria Helena Souza Patto apresenta em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia” (2015) questões que

influenciaram a compreensão sobre o fracasso escolar, que contaminaram o pensamento educacional brasileiro a respeito de sua origem. Ao analisar as raízes históricas sobre o fracasso, Patto fala sobre o quanto a teoria da carência cultural exerceu influência nas concepções de docentes sobre o aluno com dificuldades de escolarização, ou seja, concepções essas enraizadas em preconceitos relativos à condição socioeconômica.

Lembro-me de certa vez, ao dirigir a palavra para o professor de redação, buscando uma aproximação dialógica com o docente ao indagar sobre onde fizera a formação de redação, obtive a resposta, mas, desejava informações mais amplas, um diálogo mais aprofundado, o interesse do mesmo em auxiliar-me. Ao contrário, posso estar julgando-o, porém, o olhar era de desprezo e negação. Hoje vejo a grande responsabilidade que é ser docente. Não é uma simples tarefa, sobretudo quando numa sala de aula existe um universo de realidades culturais e o professor precisa ter um olhar sensível para cada estudante com suas especificidades.

Segundo a autora Abramowicz (1995) em seu livro “A menina repetente”, a escola atual procura homogeneizar tudo e repelir o diferente, o heterogêneo, pela evasão, pela repetência e também classe especial que é a classe homogênea dos diferentes. O problema da homogeneização está na visão que os professores têm de tratar todos os seus alunos iguais, sem considerar que questões de aprendizagens específicas devem ser visualizadas de forma diferente. Sair da zona de conforto irá requerer a superação do discurso hegemônico de que o aluno não aprende por falta de interesse ou motivação familiar. Não quero aqui julgar os professores e sim tecer uma reflexão sobre minhas experiências enquanto aluna da educação pública.

O fracasso escolar ainda se encontra no cenário de debates da educação brasileira, mesmo depois da obra “A Produção do Fracasso Escolar” da autora Maria Helena Souza Patto ter sido lançada em sua primeira edição no ano de 1990. Uma obra pioneira e de extrema importância que apresenta relação entre a teoria e a pesquisa. Anos se passaram e ainda é preciso discutir o assunto, visto que, as escolas públicas brasileiras continuam a enfrentar os elevados índices de evasão e repetência, causas que, de acordo com Patto, levaram a realização da pesquisa e produção do livro. A aprendizagem do aluno encontra-se comprometida por uma série de fatores a serem analisados mais adiante. Todavia, se faz necessário verificar os problemas decorrentes do insucesso escolar, especialmente da

educação pública. É onde se manifestam predominantemente as dificuldades de aprendizagem, nos segmentos mais empobrecidos da população (PATTO, 2015, p. 35). Discutir a complexidade do fenômeno do fracasso escolar permitirá tecer considerações e possíveis contribuições para o trabalho pedagógico.

O ambiente escolar é rico em realidades sociais, culturais e econômicas, carregado de significados por seus integrantes, alunos, professores, gestão, comunidade e demais profissionais da educação. Importante é pensar na multidimensionalidade da Educação, que segundo o ensaio publicado - Escola de qualidade e superação do fracasso escolar - para a Revista Ambiente e Educação, as organizadoras partem da ideia da multidimensionalidade como processo educativo, pois cria chances de reconhecer o valor social e político de acesso ao saber e enfrentamento das desigualdades que favorecem e acentuam as circunstâncias da pobreza (RANGEL; SOUZA, 2012). Compreender as dimensões do processo educativo torna-se indispensável à formação de educadores, pois é um exercício de conscientização que pode auxiliar no combate ao fracasso escolar que em pesquisas brasileiras tem como definidores os índices de evasão e repetência, especialmente na escola básica.

O presente trabalho, apoiado nas discussões da autora Patto, tem como objeto de estudo o fracasso escolar no campo da Educação Profissional. O trabalho se propõe a evidenciar como a temática do fracasso escolar emerge na Educação Profissional a partir da produção acadêmica publicada entre os anos de 2016 a 2019 na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Destaca-se que o período foi escolhido por ser após a comemoração dos 25 anos, completados em 2015, da publicação da primeira edição (1990) da obra “A Produção do Fracasso Escolar” de Patto.

As questões orientadoras desse trabalho surgem a partir de minhas inquietações e reflexões sobre as falas dos docentes nos Conselhos de Classe na minha experiência no estágio no IFBA, bem como da minha trajetória escolar, são elas: como o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado/discutido nas pesquisas acadêmicas? Quais as concepções de fracasso escolar são apresentadas nas pesquisas no âmbito da Educação Profissional? E quais os principais autores utilizados nas pesquisas sobre fracasso escolar no contexto da Educação Profissional?

Assim, a partir dessas questões orientadoras o atual trabalho tem como objetivo geral analisar como o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado/discutido em teses e dissertações publicadas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Como comentado anteriormente a escolha deste recorte temporal se deu em função da trajetória da obra de Patto “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia” que completou 25 anos em 2015. E como objetivos específicos: compreender quais as concepções de fracasso escolar são apresentadas no âmbito da Educação Profissional nas pesquisas; identificar os principais aspectos e/ou fatores privilegiados nas pesquisas sobre a temática e simultaneamente os principais autores utilizados como referência de discussão e argumentação nas pesquisas.

Articulada com a proposta do trabalho investigativo para acesso a produção de conhecimento a respeito da temática de estudo, foi realizada pesquisa do tipo exploratória e documental, de natureza qualitativa. Dessa forma, o caminho trilhado em termos metodológicos envolveu o levantamento de dados na fonte de informação principal, a BDTD, e posterior análise dos resultados obtidos.

Esse Trabalho de Conclusão de Curso foi organizado em seis capítulos: a introdução, seguida dos dois capítulos de fundamentação teórica, depois o capítulo da metodologia da pesquisa, o capítulo de apresentação e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais. O segundo capítulo trata de reflexões sobre o fracasso escolar na educação brasileira. Nesses percursos são apresentadas reflexões sobre o processo histórico da educação e também a problematização do fracasso escolar a partir dos estudos de Patto, particularmente sua obra “A Produção do Fracasso Escolar”. O terceiro capítulo aborda os apontamentos sobre a Educação Profissional no Brasil: história, políticas e público-alvo a partir de autores do campo da Educação Profissional, como: Moura (2007), Aranha (2006), Cardoso (2014), Ribeiro (2014), Ciavatta e Ramos (2012) e outros. Por conseguinte, no quarto capítulo, o caminho trilhado e os encaminhamentos metodológicos que orientaram o trabalho investigativo são apresentados. No quinto capítulo os resultados obtidos no levantamento são apresentados e discutidos com base na análise realizada e a partir das reflexões resultantes do estudo teórico feito sobre a temática. Nesse capítulo foram realizadas as compreensões sobre as concepções, os principais aspectos e fatores relacionados ao fracasso escolar que foram

evidenciadas nos trabalhos analisados. Por último, no sexto capítulo, são apresentadas as considerações finais sobre o trabalho buscando fazer o fechamento dos aspectos discutidos ao longo do TCC.

Considera-se que a realização desse Trabalho de Conclusão de Curso poderá contribuir para enriquecer o debate sobre o Fracasso Escolar no âmbito da Educação Profissional e análises sobre os aspectos e fatores implicados nesse fenômeno complexo resultante de múltiplas determinações.

2. REFLEXÕES SOBRE O FRACASSO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Para entender como a questão do fracasso escolar se apresenta na atualidade, é necessário refletir sobre o processo histórico da educação a fim de compreender como surgiu o conceito de fracasso no cenário da educação brasileira. Por isso cabe aqui uma pequena síntese histórica sobre o aparecimento da expressão fracasso escolar, além da reflexão crítica a respeito da produção desse fenômeno em nossa sociedade. Para isso, nesse capítulo, buscou-se construir o diálogo com os seguintes autores: Patto (2015), Aranha (2006), Charlot (2006), Menardi (2010), Carvalho (1978), Moraes (2018), Ribeiro (2015).

O tema da “dificuldade de aprendizagem escolar” tem despertado o interesse de vários estudiosos, em especial os comprometidos com o pensamento crítico; sobretudo pelo fato de o fracasso escolar, principalmente, o das classes populares ter se mostrado como o ponto crítico do sistema de ensino. O fenômeno do fracasso nem sempre existiu, foi a partir do acesso das camadas populares a escola que o fracasso se tornou presente de forma recorrente na escolarização a serviço dos interesses do modo de produção capitalista.

Em tempos passados a educação era restrita aos mais ricos ou da alta nobreza que eram educados por preceptores em seus próprios castelos. A pequena nobreza representada por indivíduos que possuíam detenção de terras e algum tipo de influência ou poder político juntamente com a burguesia, constituído por um grupo de pessoas que detinham os bens de produção ou o capital, também queriam educar seus filhos e os encaminhavam para a escola, na esperança de melhor prepará-los para a liderança e a política dos negócios. Já os interesses pela educação de segmentos populares, em geral, não eram levados em conta restringindo-se a aprendizagem de ofícios (ARANHA, 2006, p.228).

Segundo Gaudêncio Frigotto (2007) a educação no Brasil está situada em uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais com marcas históricas específicas. A fala do autor expressa uma dualidade existente na educação brasileira voltada para pobres e ricos.

No Brasil a história da educação inicia-se com os jesuítas, que estabeleceram as bases para a educação dos povos nativos e dos filhos dos colonos. Era o início do processo de criação de escolas elementares e secundárias, seminários e missões, espalhados pelo Brasil (ARANHA, 2006). As escolas

jesuíticas foram referência de ensino por muito tempo, e em alguns momentos da história brasileira, a única fonte de conhecimento, e de estabelecimento de ensino que, além de perpetuarem suas práticas, fortaleceram a dicotomia existente em todos os momentos de nossa história: a educação para pobres e a educação para ricos. Além disso, os padres jesuítas exerceram forte influência na sociedade, principalmente burguesa. Eles introduziram, no período colonial, uma concepção de educação que contribuiu para o fortalecimento das estruturas de poder hierarquizadas e de privilégios para um pequeno grupo. Incutiram a ideia de exploração de uma classe sobre a outra e a escravidão como caminho normal e necessário para o desenvolvimento. Segundo Conceição (2017), em seu artigo na Revista Educação Pública, a educação tinha o papel de ajudar a perpetuar as desigualdades entre as classes sociais.

Logo que chegaram ao Brasil, os padres jesuítas lançaram as bases da catequização, com a criação das primeiras casas, as casas de bê-á-bá, dando início à educação colonial em seu sentido restrito, por meio da atuação com suas escolas de ler, escrever e contar e, posteriormente, em seus colégios na cidade de Salvador (MENARDI, 2010, p.159). Decorridos mais de quinhentos anos, ainda são notórios os limites que a educação brasileira enfrenta, sejam eles de acesso, financiamento da atividade educacional, divergências no campo das metodologias educacionais e, principalmente, relativo aos conteúdos ministrados para os estudantes brasileiros em todos os níveis.

Na primeira metade do século XVIII ainda continuava a influência dos jesuítas com seus colégios espalhados pelo mundo, embora as críticas a eles se tornassem mais fortes. Com a reforma educacional pombalina que culminou com a expulsão dos jesuítas diretamente das colônias portuguesas, instituiu-se a educação leiga com responsabilidade total do Estado. Os objetivos que conduziram a administração pombalina a tal reforma foram, assim, um imperativo da própria circunstância histórica. Extintos os colégios jesuítas, o governo não poderia deixar de suprir a enorme lacuna que se abria na vida educacional tanto portuguesa como de suas colônias (CARVALHO, 1978, p. 79). Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Para o educador e sociólogo Fernando de Azevedo (1964, p. 13), foi a primeira grande e desastrosa reforma de ensino no Brasil.

No século XIX com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, período conhecido como joanino, até então não havia uma política de educação sistemática e planejada. As mudanças tendiam a resolver problemas imediatos sem encará-los como um todo. As aulas régias do tempo de Pombal obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores, a fim de atender as necessidades do momento (ARANHA, 2006). A monarquia não se importava com a educação da maioria da população por conta de seus interesses elitistas. O ensino secundário nos períodos do Primeiro e Segundo Império estava diretamente ligado à formação educativa das minorias, ou seja, um ensino voltado à classe economicamente dominante com o objetivo pedagógico de proporcionar uma “cultura geral”, que se vinculou até certa época ao currículo das humanidades clássicas e foi se modificando como resposta as novas exigências socioeconômicas, incorporando os estudos das ciências e das humanidades modernas, mas com caráter desinteressado e intelectualista, como meio de acesso ao ensino de nível superior. A situação do ensino elementar cuja atividade se restringia a instrução de ler, escrever e contar também era caótica, pois não favorecia a demanda da educação que não era vista como meta prioritária, apesar da grande população rural analfabeta composta, sobretudo de escravos. A elite, no entanto educava os seus filhos em casa com preceptores e outras vezes os pais se reuniam para contratar professores que dessem aulas em conjunto para seus filhos em algum lugar escolhido (ARANHA, 2006, p.223). Enquanto que os demais segmentos sociais precisavam da ação do Estado para que de alguma forma pudesse ter acesso ao saber.

A universalização da educação permitiu um significativo acesso das famílias empobrecidas às instituições educacionais. A história mostra essa parcela da população, por muito tempo, excluída do acesso formal ao saber. A escola ao longo do tempo vem ganhando relevância no sentido de possibilitar condições para que todos tenham acesso à educação formal, o que antes era privilégio de um pequeno grupo da elite econômica e social. Com o processo de naturalização de escolarização a todos, este desejo vem se materializando por meio de documentos nacionais e internacionais que veem na educação uma possibilidade para o desenvolvimento econômico de uma nação. De modo geral as propostas educacionais do século XIX reafirmaram no século XX, a necessidade da escola pública gratuita e obrigatória (ARANHA, 2006), contudo essas reivindicações tornaram-se mais urgente devido ao crescimento das indústrias e a explosão

demográfica, ou seja, a escola devia atender aos interesses do capital, como já dizia Patto (2015, p.37) sobre o advento do capitalismo, este “engendrou uma nova classe dominante, a burguesia e uma nova classe dominada, o proletariado”. Dessa forma, os interesses da classe trabalhadora eram desconsiderados, e quando finalmente conquistam o direito de acesso à escola pública e gratuita, acaba por enfrentar a ausência de políticas consistentes, ou melhor, as políticas são insuficientes, no campo da educação. Por consequência da falta de políticas públicas, surge o fracasso escolar, que marca o percurso da educação das classes trabalhadoras das zonas urbanas e rurais.

Explicações reducionistas têm apontado como os responsáveis pelo fracasso escolar o aluno e as famílias. A obra da autora Maria Helena Souza Patto (2015) como um clássico nos estudos acerca do fracasso escolar, revela que os motivos atribuídos para a dificuldade de aprendizagem estavam associados à genética e as diferenças culturais. No entanto, a autora reitera ser provável de estarmos diante de uma manifestação sutil e poderosa do preconceito racial e social, uma vez que a classe social pobre era apontada por produzir deficiências no desenvolvimento psicológico infantil, além das dificuldades de adaptação escolar, demonstrando, assim, a forma preconceituosa e estereotipada como vê os integrantes da classe “subalterna”.

Ao apresentar a teoria e a pesquisa em seu livro, “A Produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia”, Patto, imersa no campo de estudo, investiga o fracasso escolar das crianças pobres de um bairro periférico da cidade de São Paulo, os altos índices de reprovação e evasão escolar do primeiro grau, recorrente ao longo dos anos, inclusive no início da década de 1980. Patto valoriza a voz dos sujeitos da escola como também inclui as famílias e os alunos que apresentam uma história de fracasso escolar. As reflexões concernentes às conclusões de sua pesquisa são de grande relevância para a psicologia escolar, assim como, para os educadores interessados com a questão do ensino, pois revela o quanto as longas explicações para o fracasso estão carregadas por preconceitos e estereótipos inclusive no campo da ciência, na tentativa de justificar as causas do fracasso escolar no âmbito educacional.

Através da expansão do ensino, as crianças de população humilde, passam a integrar o sistema de educação após muitos anos de restrição do acesso a escola, mas os professores pertencentes de uma “classe média” não estavam preparados

para recebê-las devido ao fato de as crianças não apresentarem o padrão de aluno idealizado pelos docentes. Por isso, alguns estudos sobre o fracasso escolar destacam a importância do papel do professor frente à nova realidade existente. Como Ribeiro (2015, p. 23) destaca de forma crítica: “as características que não se enquadram na norma são consideradas inadequadas, desviantes, conseqüentemente devem ser ajustadas, adaptadas, tratadas e/ou eliminadas”. Contudo, é necessário que o professor se reinvente, avalie a sua metodologia, a sua prática de ensino, o seu fazer pedagógico, aceitando o aluno independente de sua origem social e econômica, que se faz presente no espaço escolar para aprender sem privação do seu direito de adquirir o conhecimento. O que não significa dizer que é o professor o responsável de maneira exclusiva das questões relativas à escolarização, uma vez que esse processo implica em uma multiplicidade de fatores em interação (RIBEIRO, 2015, p. 27). Entretanto, a escola ainda reproduz práticas discriminatórias por não enxergar o aluno em sua singularidade.

Na verdade a intenção em proporcionar a educação ao pobre estava associada com a possibilidade de mudança de nível social e econômico ao invés de estar atrelado com a apropriação do saber como instrumento de luta e transformação da sociedade. Todavia para os alunos se sentirem parte da educação Patto evidencia que:

restava alertar os professores sobre os erros que cometiam enquanto portadores da cultura da “classe média” e prepará-los para aceitar padrões culturais supostamente muito diferente dos seus, tendo em vista encontrar as condições pedagógicas adequadas para *aculturar* seus alunos e propiciar-lhes condições de ascensão social. (PATTO, 2015, p. 138)

Uma questão importante a se pensar é sobre a concepção criada de aluno ideal. De acordo com Charlot (2006, p.94) o professor espera encontrar em sala de aula um clone ideal dele mesmo, ou seja, uma pessoa que ele gostaria de ser: crítico, reflexivo, leitor e dedicado. Mas o professor também deseja alunos obedientes, contudo, o aluno ideal é irreal, pois o que existe são seres humanos complexos e completos, com dificuldades e habilidades diferentes. Morais esclarece:

infelizmente a perspectiva de muitos educadores se firma numa visão familiar das classes dominantes de uma época em que a escola era frequentada somente por filhos dessas famílias e desconsideram o

fato de que as escolas públicas da periferia atendem, em sua maioria, filhos de famílias em que muitos dos responsáveis são semianalfabetos frutos da exclusão escolar de outras décadas (MORAIS, 2018, p. 76).

Em uma entrevista concedida a emissora cultura, Charlot (2006) afirma não existir o fracasso escolar, mas situações, histórias e trajetórias em que o aluno encontra dificuldade. Além disso, esse fracasso se constrói numa história singular e é mais frequente entre as crianças de famílias populares, por isso é incontestável que a desigualdade social afete, sobretudo, os alunos de famílias “desfavorecidas”, e conseqüentemente maiores índices de não se apropriar do saber. Mas a escola tem por função formar a criança, permiti-lhe se apropriar dos saberes, e obter sucesso. Para Charlot (2006), a criança só estudará se a escola e o fato de aprender fizerem sentido para ela.

O fracasso escolar não pode ser explicado por uma única causa, trata-se de um conjunto de fatores influentes que se inter-relacionam e impulsionam os alunos a não alcançarem um ensino-aprendizado de sucesso. Outros debates pertinentes apontam as causas do fracasso para o funcionamento do sistema educativo, como a gestão da escola e o papel do professor na metodologia utilizada, as práticas mecânicas de ensino, além disto, a falta de dialogia e as tensões entre professor e aluno (CHARLOT, 2006). As causas do fracasso escolar estão associadas há uma questão de fatores históricos que se refletem na atualidade como, por exemplo, a falta de estrutura e investimento das políticas, a preparação docente para atender a nova clientela, o direito de acesso ao saber para a formação intelectual, não se restringindo apenas ao mundo do trabalho, mas também ao Ensino Superior, além de outras causas, devido ao fato de pertencer à população mais humilde.

Ao se referir a instituição escolar, a pesquisa de Patto (2015) revela que a escola é produtora de dificuldades de aprendizagem de seus conteúdos específicos quando aponta que o fracasso escolar está associado com as teorias do déficit e da diferença cultural devido à desvalorização social dos usuários mais empobrecidos. Haja vista que é um mecanismo da escola utilizar de tais argumentos, ao invés de rever a qualidade e o funcionamento que pode estar dificultando de várias maneiras a aprendizagem do aluno (PATTO, 2015, p.355). A autora esclarece:

uma arraigada visão das famílias pobres como portadoras de todos os defeitos morais e psíquicos orienta a ação das educadoras,

oferece uma justificativa para a ineficácia de sua ação pedagógica que as dispensa de reflexão e fundamentam a deficiência.(PATTO, 2015, p. 361)

Ao desvendar as formas pelas quais o preconceito se faz presente na vida da escola, Patto enfatiza ser esse um caminho produtivo no esclarecimento do processo de produção do fracasso escolar. Dessa maneira, a própria produção do conhecimento foi influenciada por ideais de desvalorização e preconceito. Sendo assim, a autora comenta:

a revelação da real natureza do discurso científico leva a necessidade de examinar com redobrada atenção a questão dos cursos de treinamento ou reciclagem de professores quanto ao conteúdo que geralmente veiculam. Submetidos a esses cursos, geralmente encontram confirmação de seus preconceitos e estereótipos sociais tão logo entram em contato com a “teoria da carência cultural” em suas várias versões e desdobramentos pedagógicos. (2015, p.363)

Para Patto, não há consenso, na literatura educacional. A autora nos faz pensar quais seriam os fatores do insucesso do aluno que não vivem em estado de miséria absoluta, e tem acesso à escola, tem seu desenvolvimento físico e psíquico comprometido (2015, p.356). Contudo a autora não nega a presença de crianças portadoras de distúrbios, mas afirma que essas crianças são em muito menor número nos bancos escolares. Haja vista que as relações hierárquicas de poder e a burocratização do trabalho pedagógico são para Patto fatores que criam obstáculos para a realização de seus objetivos, por conta dos educadores serem direcionados a aderir à singularidade através das condições institucionais que lhes oferecem. Contudo, é desmistificada a fala de “criança carente”, uma generalização indevida para autora, ao analisar que a escola é formada por seres heterogêneos.

Ter um olhar padronizado para as crianças no ambiente escolar é negar suas histórias, vivências e cultura. É desconsiderar as especificidades e acreditar que todos têm habilidades e aprendizados iguais, quando na verdade cada um se relaciona com o conhecimento de forma diferente. A professora Maria Izabel Souza Ribeiro evidencia mais:

o que interessa é o atendimento aos padrões pré estabelecidos e o alcance dos resultados idealizados, independente das características e necessidades do processo de escolarização das

crianças/adolescentes, bem como de suas múltiplas expressões e manifestações. Portanto, nega-se a diversidade e riqueza das experiências dos sujeitos em detrimento da padronização institucionalizada do sistema escolar. (RIBEIRO, 2015, p.21).

As explicações para o fracasso escolar baseiam-se em visões construídas sob forte influência ideológica que se encontra presente na fala de educadores, mas necessita de questionamentos a fim de evitar a legitimidade desse pensamento. Apesar disso, não há um único “culpado” para o fracasso escolar. Responsabilizar ou vitimizar um ou outro ao focar no individual estaria ainda fechado em uma argumentação reducionista, isolada e fragmentada de um fenômeno complexo (RIBEIRO, 2015, p.27). Assim, o fracasso escolar deve ser visto sob a perspectiva de um conjunto, considerando os seus múltiplos determinantes, na compreensão de que a educação escolar é um fenômeno social e, como tal, não é isolada dos demais elementos sociais que se estabelecem entre sociedade, escola, aluno, família, prática pedagógica, políticas educacionais e sistema político, social e econômico.

Como o interesse da atual pesquisa é discutir o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional no próximo capítulo teceremos considerações sobre esse campo específico.

3. APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTÓRIA, POLÍTICAS E PÚBLICO-ALVO.

A Educação Profissional no Brasil ao longo do tempo passou por mudanças mediante as políticas voltadas para essa modalidade de ensino. A Educação Profissional conhecida atualmente esteve ligada as mudanças no sistema produtivo ao longo do tempo e se fortaleceu, principalmente, com a industrialização do Brasil a partir do século XX. Neste capítulo apresentamos um breve histórico da Educação Profissional, as políticas instituídas e o seu público alvo a partir das contribuições de autores, como: Moura (2007), Aranha (2006), Paiva (2008), Ribeiro e Cardoso (2014), Souza (2011), Manfredi (2002), Cunha (2005), Ciavatta e Ramos (2012), Zago (2018), Carvalho (1978), entre outros, além dos documentos oficiais do sistema educacional brasileiro. Com essa apresentação será possível refletir sobre a dualidade da educação com a criação de escolas, uma direcionada para a formação profissional, manual e prática, e a outra para a formação geral.

Os primeiros indícios das origens da Educação Profissional surgem a partir do século XIX, em 1809, com um decreto do príncipe regente, futuro D. João VI, criando o Colégio das Fábricas conforme consta em Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte -CEFET-RN (2005) e no Parecer nº 16/99-CEB/CNE, destinado a ensinar ofícios com a comitiva real que também vieram de Portugal. Segundo Moura (2007, p.5), ainda no século XIX, foram criadas outras sociedades civis destinadas a dar amparo a crianças órfãs e abandonadas, possibilitando-lhes instrução teórico-prática e iniciando-as no ensino industrial.

É válido destacar, como Moura (2007) aponta, o quanto o episódio da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra, marcou consideravelmente a passagem para novos processos do trabalho manual, ao transitar da produção artesanal para a produção por máquinas. Era possível não só produzir com maior rapidez, como também transportar pessoas e mercadorias num tempo mais curto e com custos mais baixos do que anteriormente. Com as profundas alterações nas relações de produção e capital, a necessidade de difusão das técnicas, preparando gerações futuras para a continuidade dos ofícios, se tornou imperiosa. Vale ressaltar que os ofícios eram desenvolvidos por pessoas escravizadas e estavam relacionados à condição social inferior de quem os exercia. Em vista disto, havia certo desprezo pelo trabalho manual, que, por ser ofício de escravizados, índios e pobres, sempre

foi visto como “trabalho desqualificado”. Portanto, a Educação Profissional origina-se predominantemente na sociedade civil e com objetivos assistencialistas para que seus destinatários se afastassem de ações na contraordem dos bons costumes (MOURA, 2007, p. 6).

No começo do período republicano brasileiro eram poucas as iniciativas voltadas para a Educação Profissional. Quando muito, a necessidade da ampliação desse tipo de educação, às vezes, dependia de justificativas ideológicas, tais como, preparar para o trabalho a fim de evitar, nos seguimentos mais pobres a ociosidade. (ARANHA, 2006, p.308). Outras vezes argumenta-se sobre a importância de adequar o Brasil ao progresso que em outras nações se devia ao desenvolvimento industrial.

A chegada da família Real ao Brasil representou um marco na história da Educação Profissional, pois começavam as mudanças administrativas educacionais, uma vez que a educação jesuítica direcionava todo o processo educativo. A educação pensada no período colonial brasileiro pelos jesuítas se restringia em uma educação elitista, pois a escola era destinada para poucos. De acordo com Paiva (2000, p. 44) de uma atitude cultural de profundas raízes: pelas letras se confirma a organização da sociedade. Essa mesma organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outros menos.

Para as pessoas mais simples que não apresentam status social de acordo ao sistema socioeconômico vigente, bastariam saber ler, escrever e contar, mesmo assim, em alguns extratos da sociedade nem isso era ofertado. A escola seria designada, portanto, aos membros mais ilustres da sociedade da época, como sacerdotes, médicos, advogados e/ou aos dirigentes de cargos públicos. Com a chegada do príncipe regente inaugura-se o Colégio das Fábricas e os primeiros cursos voltados para educação. Assim, o quadro educacional do período monárquico brasileiro era marcado por poucas escolas primárias, por liceus provinciais em cada capital de província e por colégios particulares em algumas cidades importantes, alguns cursos normais, o Liceu de Artes e Ofícios criado em 1856, e alguns cursos superiores com predomínio do ensino jurídico (RIBEIRO; CARDOSO, 2014, p.8).

No ano de 1906 a Educação Profissional passou a fazer parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, devido a uma política de incentivo ao desenvolvimento dos ensinos industrial, comercial e agrícola para a preparação e

prática profissional dos operários. Desse modo, foram instaladas no país 19 escolas de aprendizes que vislumbravam o ensino profissional para os menos “favorecidos” e algumas escolas e oficinas destinadas à formação de ferroviários (MANFREDI, 2002).

Em 1909, pelo Decreto nº 7566, de 23 de Setembro, o Presidente Interino Nilo Peçanha criava nas capitais de quase todos os estados da Federação, as Escolas de Aprendizes Artífices, marcando a atuação direta do governo federal no ramo de ensino profissionalizante. A criação das escolas de Aprendizes Artífices e do ensino agrícola em 1909, segundo Moura,

evidenciou um grande passo ao redirecionamento da educação profissional no país, pois ampliou o seu horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. Nesse contexto, chega-se às décadas de 30 e 40, marcadas por grandes transformações políticas, econômicas e educacionais na sociedade brasileira. (MOURA, 2007, p.25)

No ano de 1930, a Educação Profissional passa a ser tratada como uma política pública no Brasil, “construindo espaço de negociação e, dessa forma, disputada por diversas frações de classes sociais” (SOUZA, 2011, p.69). O reconhecimento da Educação Profissional, só ocorreu com a Constituição Federal de 1937, que passou a determinar o trabalho manual como parte da educação, embora fazendo referência às camadas menos “favorecidas”. Nessa Constituição, foi definido o regime de cooperação entre Estado e indústria, originando, assim, várias escolas técnicas no território brasileiro. Contudo, o surgimento de escolas públicas profissionalizantes apresentava uma relação direta com a política de desenvolvimento econômico da época, marcada pelo avanço da industrialização no país, portanto, a educação profissionalizante tinha como objetivo qualificar mão-de-obra, e desta forma manter o controle social dos excluídos do processo de produção (CUNHA, 2005, p.8).

Impulsionada pela demanda industrial do momento, uma reforma do sistema educacional brasileiro realizada durante a Era Vargas, sob o comando do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1942, surge pela primeira vez à sistematização de um Plano Nacional de Educação, a Lei Capanema, que deu uma atenção maior ao ensino profissionalizante quando definiu pela lei orgânica, a

criação de dois tipos de ensino profissional. Um deles, mantido pelo sistema oficial e o outro paralelo pelas empresas embora supervisionadas pelo Estado. Podemos perceber que essa reforma reforça a dualidade presente na educação brasileira.

Para as elites, o caminho era simples: “do primário ao ginásio, do ginásio ao colégio e, posteriormente, a opção por qualquer curso superior” [...] o caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior na mesma área. (GHIRALDELLI, 2001, p. 84)

Com a demanda industrial o governo busca parcerias para a realização da formação que resultou no chamado Sistema S, o qual incorpora o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). O SENAI foi criado pelo Decreto-Lei 4.048 de 22 de janeiro de 1942, tratando-se de uma instituição privada de interesse público, cujo objetivo era apoiar a indústria na formação de recursos humanos, por meio da Educação Profissional e da prestação de serviços destinada ao trabalhador da indústria, sendo este o objetivo até nos dias de hoje (SOUZA, 2011).

Em 10 de janeiro de 1946, segundo Souza (2011), foi criado o SENAC, por meio do Decreto Lei 8.621, uma instituição privada de interesse público, como oferta da Educação Profissional destinada à formação de trabalhadores do comércio. A população de baixa renda, desejosa de se profissionalizar, encontrou nesses cursos boas condições de estudo, mesmo porque os alunos eram pagos para aprender. Daí o sucesso do empreendimento particular paralelo. (ARANHA, 2006, p.308).

No ano de 1950, através dos atos legais, houve o conserto e a reorganização da estrutura educacional construída durante o período autoritário do Estado Novo. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 4.024, muitas das transformações nela constantes já haviam sido agregadas na área educacional, como, por exemplo, a equivalência entre os diversos ramos de Ensino Médio e a legislação sobre cursos em cooperação com empresas. Dessa forma, as Escolas de Aprendizes e Artífices sofrem novas modificações e são denominadas escolas industriais e técnicas, configurando-se, em 1959, como autarquias e sendo, então, denominadas como Escolas Técnicas Federais.

A formação técnico-profissional passou a ser sinônimo de modernização devido ao Plano de Metas do governo Kubitschek no período de 1956 a 1961, pois

apresentava propostas (com ênfase nos setores de energia, transporte, siderurgia, cimento, automobilística, naval) que contribuíram para que o cenário do país mudasse de uma nação agrária para industrial. Em 1964 até 1985, época de extrema violência marcada pelo regime militar, o 2º grau foi alterado para ter como principal objetivo a profissionalização com a finalidade de atender ao crescimento da industrialização. A profissão de técnico industrial foi regulamentada através da Lei nº 5.524, em 1968. Já em 1971 houve a promulgação de mais uma LDB, com a Lei 5692/71, sendo a educação novamente reformulada pela necessidade de adequar o ensino às necessidades do capital.

No governo Geisel de 1974 a 1979, mais uma vez para atender aos interesses do capital, ocorreu uma configuração estrutural da Rede de Ensino Profissional, em 30 de junho de 1978, mediante a Lei nº 6.545, que transformou as Escolas Técnicas Federais (ETFs) de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), autorizando-os a “organizar e ministrar cursos de curta duração de Engenharia de Operação”.

Com a Lei de nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, no governo de Itamar Franco, houve a expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica com o objetivo de disseminar a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia e, assim, viabilizar a formação de mão de obra qualificada requerida pelo sistema produtivo.

Em 2003, na gestão presidencial de Lula, a Secretaria de Educação Tecnológica e o Governo Federal indicam a questão da responsabilidade social como um indicativo para a expansão da Educação Profissional Tecnológica. Logo, o desenvolvimento local e regional com foco na inclusão social passa a ser centralidade dessa modalidade de ensino assumindo o ideário da educação como direito. A partir dessa concepção, resolve-se ampliar os números das escolas federais de Educação Profissional e Tecnológica.

No ano de 2004, iniciou-se a reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica com a retomada da possibilidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2005, a Rede Federal contava com 144 unidades distribuídas em uma universidade tecnológica e seus campi, escolas técnicas e agrotécnicas vinculadas às universidades federais.

No ano de 2006, a primeira fase da expansão, focou na implantação de escolas federais de formação profissional e tecnológica em Estados ainda

desprovidos de educação tecnológica, nas periferias das metrópoles e nos interiores dos Estados, ofertando cursos articulados com as potencialidades locais de geração de trabalho. A segunda fase da expansão foi marcada pela previsão de 150 unidades de ensino em cada cidade polo do país, cujo tema 10 era “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país” consolidando o investimento do Governo Federal com a Rede Federal de Educação Profissional. (RIBEIRO & CARDOSO, 2014).

A Educação Profissional, só foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como nível escolar a partir da Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, que “altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica”. Também no ano de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), pela Lei nº 11.892/2008 que, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, agregando nesta rede as antigas Escolas Técnicas Federais e Centros Federais de Educação entre outras escolas de excelência como espaços educativos.

A legislação brasileira da Educação Profissional a partir de 2004, inicialmente com o Decreto n. 5.154 e, posteriormente, com a Lei de 2008, que fez as alterações na LDB, contribuiu para mudanças na política de Educação Profissional no país. Anteriormente, em especial no período de governos de Fernando Henrique Cardoso, grande parte da oferta da Educação Profissional no Brasil foi assumida pela sociedade civil, principalmente por adesão ao Programa de Expansão da Educação Profissional – PROEP, do Ministério da Educação.

É importante também aqui fazer o destaque para a criação do Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos). De acordo com o Ministério da Educação em seu portal online, o programa foi criado inicialmente pelo Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005 e posteriormente revogado pelo Decreto nº 5.840, que passou a se chamar de Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, de 13 de julho de 2006, para atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de Educação

Profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio Ensino Médio.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia vêm a ser uma síntese do que a Rede Federal construiu ao longo de uma história amparada pelas leis e políticas da Educação Profissional e Tecnológica do governo federal. Pacheco (2011, p.12) comenta

que os Institutos têm características de inovação e ousadia, características estas que são necessárias, e visam atender a uma política e um conceito que buscam antecipar aqui e agora as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa.

Diante do exposto observa-se que a Educação Profissional conhecida atualmente está relacionada às mudanças no sistema produtivo ao longo do tempo e se fortaleceu, principalmente, com a industrialização do Brasil a partir do século XX.

Segundo Ciavatta e Ramos (2012, p. 18) a forma de desenvolvimento da Educação Profissional técnica de nível médio proposta na Lei nº 11.741 de 2008 de ser articulada ou subsequente ao ensino médio se apresenta em clara oposição à luta social dos trabalhadores clamando por um projeto de educação unitária, tecnológica e politécnica, visando à formação unilateral dos trabalhadores e tendo o trabalho como princípio educativo. Pelo contrário, o oferecido,

[...] foi a noção de competência, oriunda de um contexto empresarial ancorado numa gestão por resultados e numa equação suportada na relação custo versus benefício, dissociado, portanto, da preocupação central no processo educativo com perspectiva emancipadora (AZEVEDO; SHIROMA; COAN, 2012, p. 32).

Ao discutir os desafios, as tensões e possibilidades da Educação Profissional, Moura salienta:

Ao estruturar a indústria a partir das tecnologias equipamentos e conhecimentos produzidos externamente, tal racionalidade também define o tipo de educação coerente com ela. Dessa forma a própria educação superior oferecida às elites na incipiente universidade brasileira é pobre, pois nasce dissociada da pesquisa, já que essa não teria sentido na formação de pessoas que se destinaram apenas a importar conhecimentos necessários ao funcionamento de equipamentos concebidos e produzidos externamente. (MOURA, 2007 p. 64)

As classes populares tinham que corresponder a uma formação profissional destinada a operar determinados equipamentos consolidando na visão de Moura a dualidade estrutural e a funcionalidade da educação e, assim, reforçando o modo de produção subalterno e a reprodução das classes sociais. Portanto, analisa-se que a história da educação é marcada pela dualidade e diferenciação da sua oferta para classes sociais distintas. A parte da sociedade mais “favorecida” política, cultural e economicamente, é ofertada uma educação na qual os estudos são mais desenvolvidos com preparo para o ingresso em cursos universitários, ou seja, formação intelectual. Já para a outra parcela da sociedade, é disponibilizada uma educação básica precária e, geralmente, associada à formação para o mercado de trabalho (ZAGO, 2018, p. 14).

Essas diferenças de ensino são explícitas no currículo, documento que direciona o processo educacional, pois se por um lado o currículo destinado aos alunos dos cursos profissionalizantes era composto de conteúdos relativos a fazeres específicos de uma atividade profissional, o currículo destinado aos alunos da elite, era elaborado com conteúdos exigidos nas seleções realizadas para o ingresso no ensino superior, ou seja, as letras, as artes e as ciências. De acordo com Carvalho:

As temáticas trabalho e educação estão intimamente vinculadas a uma perspectiva de classes e, para as classes populares, dentro do processo histórico da sociedade brasileira, à assistência aos órfãos e desamparados, às práticas filantrópicas e à vinculação dessas classes populares ao mundo do trabalho. Por iniciativa do Estado ou da sociedade civil, observamos que, na história da educação brasileira, a educação do povo passa por objetivos que estiveram relacionados ao afastamento do jovem da marginalidade, da ociosidade e da criminalidade, tornando-o assim, “útil” à sociedade. (CARVALHO, 1978, p.24).

Diante do caráter elitista no início da educação brasileira, percebe-se que o público alvo da Educação Profissional no Brasil era a classe trabalhadora e mais humilde, pois atendiam plenamente aos interesses da burguesia da época devido à necessidade de mão de obra, ou seja, trabalho braçal. A autora Aranha (2006, p. 208) evidencia que o governo se desinteressava da educação popular e também da formação técnica, privilegiando as profissões liberais destinadas a minoria.

Portanto, o ensino profissional surge numa sociedade cindida em classes e grupos sociais desiguais que marcam a trajetória da educação no Brasil. Importante

destacar que até a Primeira República o modo de produção era fundamentado na mão de obra escrava e na agricultura não mecanizada, e para tal não havia necessidade de escola. Atualmente a formação técnica de ensino integrado, ou seja, aquele que proporciona a integração entre o Ensino médio e a Educação Profissional, tornou-se mais acessível ao público jovem da classe popular que visualiza, em muitas ocasiões, a oportunidade de após a conclusão de seu curso, ingressar no mercado de trabalho. Entretanto, precisam enfrentar barreiras para mudar sua condição diferentemente dos jovens pertencentes à elite social como, problemas de permanência, evasão e altas taxas de reprovação.

Tecidas considerações sobre a Educação Profissional a partir do breve histórico realizado, informações sobre as políticas e seu público-alvo, a seguir abordaremos o caminho trilhado para a realização da pesquisa.

4. METODOLOGIA

A pesquisa de tipo exploratória e documental, de natureza qualitativa, foi adotada tomando como ponto de partida o objetivo de analisar como o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado e/ou discutido nas pesquisas de teses e dissertações publicadas no banco de dados da BDTD nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, período após os 25 anos da publicação da obra de Patto, conforme exposto na introdução do TCC. A escolha do tipo de pesquisa se deu por considerar a mais apropriada para o tipo de análise pretendida, cujo caráter flexível, aberto e aprofundado, melhor se adapta ao objeto de estudo.

A pesquisa exploratória foi escolhida por permitir uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado. Tem como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, além do planejamento ser bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado (GIL, 2002). Definido o foco do trabalho foi possível realizar o levantamento das teses e dissertações na base de dados a partir dos descritores “fracasso escolar” e “Educação Profissional”. A busca inicial foi executada em outubro de 2019 e a segunda busca no dia 15 de Abril de 2020.

Quanto à pesquisa documental, embora muitas vezes confundida com a bibliográfica, o autor Antônio Carlos Gil (2002), faz questão de diferenciá-las, portanto, “cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas, sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas”. Essas fontes seriam documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos e outros. A pesquisa documental não exige contato com os sujeitos da pesquisa, mas trabalha com documentos que constituem uma fonte rica e estável de dados. No atual trabalho a fonte de informações utilizada foi o banco de dados da BDTD para acesso as teses e dissertações relacionadas ao interesse da pesquisa, identificadas conforme os descritores expostos acima.

É importante registrar que inicialmente a intenção de realizar o levantamento das produções de conhecimento, especificamente de pesquisas de mestrado e doutorado, envolvia duas fontes de busca de informações das dissertações e teses no período estabelecido entre 2016 e 2019: o banco de dados do Catálogo de Teses

e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal e Nível Superior (CAPES) e da Base da BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Entretanto, após a realização da busca no Catálogo da Capes e a dificuldade em efetivar uma busca avançada com o refinamento de critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos, essa fonte de informações foi descartada pela inviabilidade da realização de análise. Tal inviabilidade justifica-se pelo quantitativo de trabalhos resultante da busca em paralelo com o curto tempo disponível para produção do TCC em cursos de graduação (um ou dois semestres letivos).

Registra-se que o resultado da busca no Catálogo da CAPES foi de 255.680 de trabalhos entre 2016 e 2018 (no momento das buscas não estava disponível o ano de 2019 para consulta). Para o refinamento dos resultados foi utilizado o filtro “educação” no campo “área de conhecimento”, tendo obtido como resultado 14.892 trabalhos. Os resultados podem ser observados nos ‘PrntScr’ da busca realizada:

Figura 1: Resultado busca 1 CAPES, descritores: fracasso escolar e educação profissional
Fonte:



Catálogo da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>)

Figura 2: resultado busca 2, refinamento Área de Conhecimento: Educação



Fonte: Catálogo da CAPES (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/>)

A ferramenta oferece a alternativa de refinar os resultados obtidos a partir da marcação de opções nos campos “tipo”, “ano”, “autor”, “orientador”, “banca”, “grande área conhecimento”, “área conhecimento”, “área avaliação”, “área concentração”, “nome programa”, “instituição” e “biblioteca”, mas não disponibiliza a busca avançada que permite combinar vários campos de pesquisa a partir da indicação das palavras-chave. Dessa maneira, impossibilita a identificação de trabalhos apropriados ao processo de análise conforme objeto de estudo. Assim, como exposto anteriormente, a dificuldade da pesquisa na base da Capes levou a opção de excluir essa fonte de informação para a coleta e a análise dos dados.

De acordo com informações constantes no site do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES,

Em julho de 2002, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) disponibilizou o catálogo de teses – CT com referências e resumos das teses/dissertações defendidas em programas de pós-graduação do país, com o objetivo de facilitar o acesso a estas informações.

As informações bibliográficas das dissertações de mestrado e das teses de doutorado aqui publicadas são fornecidas diretamente a Capes pelos programas de pós-graduação de todo o país, que se responsabilizam pela veracidade dos dados.

Os dados disponíveis no catálogo de Teses foram retirados do sistema Coleta em parceria com a área de informática da Capes. Inicialmente foram disponibilizados 125.000 resumos de teses/dissertações no período de 1996 a 2001. Em um trabalho contínuo pela melhoria e ampliação dos dados disponíveis, também foram resgatados e incluídos referências de trabalhos defendidos desde 1987 em diante. A partir de então, os dados são atualizados anualmente após o informe de atividades pelos programas de pós-graduação do país à Capes. (https://sdi.capes.gov.br/banco-de-teses/02_bt_sobre.html)

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme informações disponibilizadas no site é uma ferramenta online que

integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa. O acesso a essa produção científica é livre de quaisquer custos.

A BDTD contribui para o aumento de conteúdos de teses e dissertações brasileiras na internet, o que significa a maior visibilidade da produção científica nacional e a difusão de informações de interesse científico e tecnológico para a sociedade em geral.

Além disso, a BDTD também proporciona maior visibilidade e governança do investimento realizado em programas de pós-graduação. (<http://bdtb.ibict.br/vufind/Content/whatIs>).

Para atendimento aos objetivos da pesquisa foi realizada a pesquisa documental exploratória através do levantamento das teses e dissertações na base da BDTD cuja discussão estava relacionada ao tema do fracasso escolar no campo da Educação Profissional, partindo do pressuposto de que a pesquisa irá contribuir para área a partir da análise dos dados. Assim, tanto a busca das informações quanto a análise foram realizadas para atender ao conjunto dos objetivos delimitados.

Destaca-se que para organização dos resultados encontrados no levantamento foi importante sistematizar os dados relativos à quantidade das produções acadêmicas sobre o Fracasso Escolar na Educação Profissional no período delimitado para análise (nos anos de 2016 a 2019), bem como de suas características quanto à identificação das concepções sobre o fracasso escolar, dos principais aspectos e/ou fatores privilegiados e dos principais autores utilizados nas pesquisas selecionadas.

A caracterização da natureza da atual pesquisa como qualitativa está relacionada à delimitação dos objetivos geral e específicos. O intuito almejado pela investigação qualitativa no campo educacional têm se voltado para compreender esse campo, interpretá-lo, relacioná-lo e transformá-lo (GUTIÉRREZ, 1999), estabelecendo estratégias particulares de aproximação a tal realidade. Este tipo de estudo considera, ainda, a atividade educativa como um fenômeno complexo, polissêmico e permeado por fatores de ordem objetiva e subjetiva, intrinsecamente relacionados com a perspectiva ideal para a temática pesquisada. Dessa forma, a abordagem qualitativa foi utilizada para atender ao objetivo geral proposto de analisar como o Fracasso Escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado/discutido nas pesquisas de teses e dissertações publicadas no Banco de dados da BDTD nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

A pesquisa qualitativa considera a parte subjetiva do problema, significando assim que ela é capaz de identificar e analisar dados que não podem ser mensurados e emprega como diz John W. Creswell (2007), diferentes alegações de conhecimento, estratégias de investigação e métodos de coleta e análise de dados.

Para o desenvolvimento da pesquisa e seleção dos trabalhos a serem analisados na íntegra, além da demarcação dos descritores de busca (fracasso escolar e Educação Profissional) e o período de 2016 a 2019, foram delimitados como critérios de inclusão: a) abordar a temática do Fracasso Escolar na Educação Profissional; b) pesquisa realizada na área/campo de educação. A realização da leitura dos trabalhos encontrados, que serviu como base para a identificação das características e atendimento aos critérios de inclusão estabelecidos, obedeceu a seguinte sequência: título; resumo; introdução; e trabalho completo.

No levantamento realizado na base da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foram encontrados 42 trabalhos. O Quadro 1 explicita os 42 (quarenta e dois) trabalhos encontrados na busca realizada, organizados por ano de publicação.

Quadro 1 – Resultado da busca na base da BDTD

Ano	Título do trabalho	Foco de estudo	Palavras-chave	Área/campo	Nível e Modalidade de Educação e Ensino
2016	Correção de fluxo da secretaria estadual de educação do Amazonas - projeto avançar em uma escola estadual do município de Tonantins	Políticas Públicas, idade/série	Projeto avançar Políticas públicas Distorção idade-série	Ciências humanas > educação	Ensino Fundamental I
	Programa Ler e Escrever e o processo de escolarização do aluno com deficiência intelectual no ensino fundamental	Educação especial Programa Ler e Escrever	Educação especial Programa Ler e Escrever Deficiência intelectual Escola estadual Inclusão escolar	Ciências humanas > educação	Ensino Fundamental I
	As trajetórias escolares de alunos com necessidades educacionais especiais no Instituto Federal do Paraná: uma análise dos indicadores do censo escolar	Educação profissional e educação especial na perspectiva inclusiva	Educação especial, Ensino profissional, Educação inclusiva.	Ciências humanas > educação	Educação Profissional e tecnológica
	A valorização docente no contexto do sistema estadual de avaliação participativa do Rio Grande Sul (SEAP/RS)	Política Pública e Educacional	Política educacional Política pública Avaliação da educação Valorização profissional Professor	Educação	Ensino Médio
	Um estudo sobre os saberes formativos do formador de professores de matemática do curso de licenciatura em pedagogia	Formação Inicial de Professores; Educação Matemática.	Formação Inicial de Professores; Educação Matemática; Saberes Formativos.	Ciências humanas > educação	Ensino Fundamental I
	Formação continuada para docentes: uma proposta de estratégias para o aperfeiçoamento das práticas de ensino com foco na inclusão educacional	Necessidades educacionais Específicas	Sofrimento docente Psicanálise e educação Formação de professores	Organizações e estratégias	Ensino médio
	A arte e a competência leitora: uma experiência interdisciplinar	Arte e interdisciplinaridade	Arte; Interdisciplinaridade; Competência Leitora Verbal e Não Verbal	Ciências humanas > educação	Arte no contexto educacional
	A formação do professor alfabetizador: o que dizem as	Professor alfabetizador	Professor alfabetizador. Alfabetizador.	Educação	CAPES

	produções acadêmicas		Formação de professores		
	A intencionalidade na ação do professor de Matemática: discussões éticas da profissão docente	Ética docente	Deontologia. Ética docente. Ética docente Matemática. Profissionalização docente. Profissionalização docente Matemática.	Educação	Educação Básica
	Laboratório de ensino de matemática: aplicação de recursos pedagógicos para o ensino de função e trigonometria	Recursos pedagógicos	Ansiedade em relação à Matemática Laboratório de Ensino de Matemática Recursos pedagógicos	Projetos Educacionais de Ciências	Ensino médio
	Os desafios para o sucesso na implementação de projetos de governo: uma análise do programa Monumental	Projetos de Governo;	Projetos de governo Programa Monumenta Patrimônio histórico Preservação sustentável	Administração Pública	Setores da Administração Pública
2017	O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar	Permanência e êxito, fracasso escolar, evasão e retenção na Educação Profissional e Tecnológica	Permanência e êxito Educação profissional e tecnológica Fracasso escolar Trabalho e educação Trabalho pedagógico	Ciências humanas > educação	Educação profissional e tecnológica
	Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima / Campus Amajari: um estudo de caso	Evasão e fracasso escolar	Evasão e fracasso escolar Instituto Federal de Roraima/Campus Amajari Indígenas Terra Indígena Araçá	Ciências humanas > educação	Educação profissional e tecnológica
	A sexualidade na escola: a voz do silêncio	Diversidade sexual Educação	Diversidade sexual Educação Currículo	Linguística	Ensino Médio
	O absenteísmo discente nas aulas de educação física e sua implicação no rendimento de uma escola da rede estadual do Amazonas	Absenteísmo e rendimento escolar	Absenteísmo discente Rendimento escolar Educação física	Ciências humanas > educação	Ensino Fundamental I
	Políticas para a inclusão digital: práticas e possibilidades na escola pública	Práticas pedagógicas. Inclusão digital.	Práticas pedagógicas. Inclusão digital. Formação de professores. Políticas públicas educacionais. Tecnologias digitais.	Educação	Ensino Médio e Fundamental I
	Justiça restaurativa: um estudo exploratório a partir da perspectiva do professor mediador escolar e comunitário	Professor Mediador Escolar e Comunitário	Professor Mediador Escolar e Comunitário. Justiça Restaurativa. Mediação de Conflitos. Cuidado de Si	Ciências humanas > educação	Ensino Médio
	Educação química sob o paradigma da complexidade e a perspectiva CTSA: uma proposta metodológica e reflexiva	Educação Química	Educação Química CTS Aprendizagem	Ciências da Natureza	Ensino Médio
	A inclusão de alunos com surdocegueira na rede municipal de ensino de São Paulo: relatos de profissionais especializados	Educação inclusiva	Educação inclusiva História oral Surdocegueira	Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano	Ensino Fundamental I
	Uma metodologia para análise de desempenho dos cursos técnicos no formato EaD do CEFET/RJ	Ensino a Distância (EaD)	Modalidade EaD Formação Profissional Êxito	Organizações e Estratégias	Ensino Médio
	Memoriais formativos como recurso avaliativo no ensino superior de ciências biológicas	Avaliação da aprendizagem	Avaliação da aprendizagem Memórias Planejamento Currículo	Ciências humanas > educação	Ensino Superior
	O baixo desempenho em matemática no ensino médio: conhecendo uma realidade mineira	Baixo desempenho em matemática	Ensino médio Baixo desempenho em matemática Gestão de resultados Trabalho colaborativo	Ciências humanas > educação	Ensino Médio
	Habilidades sociais	Habilidades	Ensino fundamental	Processos e	Ensino

	educativas dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental	sociais educativas e Ensino-aprendizagem	Ensino-aprendizagem Habilidades sociais educativas	Distúrbios da Comunicação	Fundamenta I
	A qualidade motivacional para o trabalho em professores do ensino superior	Qualidade motivacional de professores do Ensino Superior para o trabalho	Professores universitários, Motivação no trabalho, Autodeterminação (Ensino superior)	Ciências humanas > educação	Educação Superior
	Adaptação transcultural e evidências de validade da versão brasileira do Inventário de integração à vida universitária (I-IVU)	Estudos de Validação. Comparação Transcultural	Estudos de Validação. Comparação Transcultural. Reprodutibilidade dos Testes. Universidades. Estudantes. Adaptação. Enfermagem.	Enfermagem	Educação Superior
	Ensino da produção oral em língua inglesa no Instituto Federal Farroupilha: uma experiência pedagógica com material didático autoral focado na instrução diferenciada	Línguas e Ensino	Línguas Ensino Produção oral Habilidades Instrução diferenciada Ensino baseado em tarefas Língua inglesa Ensino de língua inglesa	Linguística, letras e artes	Educação Profissional
	Análise científica e tecnológica de patentes sobre dengue e H1N1: comparativo entre doença tropical negligenciada e não negligenciada	Patente. Doença tropical negligenciada.	Patente. Doença tropical negligenciada. Dengue. H1N1.	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Pesquisa Bibliográfica
2018	Projetos pedagógicos e o fracasso escolar: desafios e possibilidades de uma gestão colaborativa em uma escola pública mineira	Fracasso escolar, Projetos Pedagógicos e Gestão colaborativa	Fracasso escolar Projetos pedagógicos Gestão colaborativa	Ciências humanas > educação	Ensino Fundamenta I
	Atuação da psicologia escolar frente à patologização e medicalização da educação superior	Patologização; Medicalização;	Psicologia escolar Educação superior Patologização Medicalização Direitos Humanos	Instituto de psicologia	Educação Superior
	Antes não, agora sim! protagonismo juvenil, projeto de vida e processos de ressingularização na escola: um olhar a partir do Programa Ensino Integral em São Paulo	Protagonismo juvenil Projeto de vida	Protagonismo juvenil Projeto de vida Professores e alunos São Paulo (Estado) - Secretaria da Educação - Programa de Ensino Integral	Ciências humanas > psicologia	Ensino Médio
	Produção acadêmica sobre Educação de Jovens e Adultos (2000- 2010)	Educação de jovens e adultos	Educação de jovens e adultos EJA Estudos de revisão Produção acadêmica Projeja	Educação	Educação de Jovens e Adultos
	Síndrome de Burnout e trabalho: um estudo junto à professores moçambicanos do ensino fundamental das escolas da rede pública na cidade de Nampula	Síndrome de Burnout.	Estresse ocupacional Saúde do trabalhador Professores Culpa Psicologia social	Instituto de Psicologia	Ensino fundamental
	Luz, câmera, história e educação: o cinema como mediador no ensino e aprendizagem de história na perspectiva do multiletramentos	Cinema e Ensino de história.	Cinema. Ensino de história Metodologia educacional Ensino-aprendizagem.	Ciências Sociais Aplicadas	Ensino Médio
	Formação continuada de professores do ensino médio: dispositivos de escuta e análise das práticas profissionais	Sofrimento docente Psicanálise e educação	Adaptação discente Indisciplina Processo de aprendizagem	Ciências humanas > educação	Ensino Médio
	Um novo olhar da gestão para o ensino fundamental: propostas para as turmas em transição de ciclos	Adaptação Discente e Indisciplina	Adaptação Discente Indisciplina Ensino Fundamental	Ciências humanas > educação	Ensino fundamental

	Jogos didáticos no ensino de química como mediadores na mobilização da atenção de alunos com diagnósticos de TDAH no ensino médio	Ensino de Ciências e Matemática e TDAH	Ensino de Ciências e Matemática Teoria histórico-cultural de Vigotski TDAH	Ciências humanas > educação	Ensino Médio
2019	Aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges: avanços e dificuldades	Aprovação, aprovação parcial e reprovação.	Aprovação parcial Procedimentos didático-pedagógicos Gestão escolar	Ciências humanas > educação	Educação profissional e tecnológica
	Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes	Permanência e êxito Evasão escolar	Permanência e êxito Evasão escolar Ensino médio integrado Acompanhamento discente Educação profissional	Educação	Educação profissional
	Análise sobre a eficácia do projeto salto: um estudo de caso na Escola Raimundo Euclides Barbosa, em Pimenta Bueno – RO	Políticas Públicas e rendimento escolar	Políticas públicas Rendimento escolar Projeto salto Correção de fluxo	Ciências humanas > educação	Ensino Médio
	A influência dos capitais cultural, social e econômico no sucesso da trajetória escolar	Papel da escola Trajetória escolar	Papel da escola Trajetória escolar Capital cultural Habitus	Educação	Ensino Médio
	Análise dos efeitos do ensino profissionalizante sobre o abandono escolar no ensino médio	Abandono escolar Ensino médio	Abandono escolar Ensino médio Diferenças em diferenças Pareamento por escore de propensão	Economia profissional	Ensino Médio
	A leitura e a escrita acionadas pelo gênero conto no 9º ano do ensino fundamental	Ensino Leitura Escrita	Ensino Leitura Escrita Gênero Conto Sequência didática	Linguística, letras e artes	Ensino fundamental

Dos 42 (quarenta e dois) trabalhos encontrados, seguindo os critérios de inclusão para a análise, foram identificadas apenas 04 (quatro) dissertações de mestrado (destacadas em negrito no Quadro 1) diretamente relacionadas ao foco de estudo do atual TCC, a saber: “O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar” (2017); “Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima / Campus Amajari: um estudo de caso” (2017); “Aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges: avanços e dificuldades” (2019) e “Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes” (2019). Todas quatro se identificam diretamente com o objeto de estudo e compuseram a parte principal da pesquisa na obtenção de dados e análises sobre o fracasso escolar na Educação Profissional.

Os demais trabalhos ou não tratavam especificamente sobre o fracasso escolar ou abordavam o fracasso escolar, mas não atendiam ao critério específico de ser na modalidade da Educação Profissional e/ou de ser do campo/área da

Educação. Nesse caso, os trabalhos abordavam a temática em contextos e áreas diversas, por exemplo, fonoaudiologia, psicologia, e/ou em etapas ou modalidades da educação básica, como Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, e/ou no Ensino Superior. Os trabalhos que tratavam do fracasso escolar, mas foram retirados do processo de análise específica da pesquisa em função dos critérios de inclusão, 04 (quatro) trabalhos, foram aproveitados para reflexão sobre a temática como estudo e revisão da literatura para auxílio na compreensão sobre os debates atuais acerca do tema. E os que fugiram da temática, 34 (trinta e quatro), foram desconsiderados.

No próximo capítulo são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa realizada.

5. O FRACASSO ESCOLAR NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: O QUE MOSTRA A PESQUISA

Nesse capítulo são apresentados os resultados da análise das quatro dissertações de Mestrado, duas do ano de 2017 e duas do ano de 2019, encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, que abordam de forma direta o fracasso escolar no âmbito da Educação Profissional, foco de estudo do atual Trabalho de Conclusão de Curso. Como explicitado no capítulo anterior, essas quatro dissertações foram às únicas encontradas no levantamento realizado no banco de dados da BDTD nos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Os trabalhos são identificados por T1, T2, T3, e T4, conforme quadro a seguir:

Quadro 2 - Identificação dos trabalhos analisados

Trabalho	Título	Autor/a e Orientador/a	Programa de Pós-Graduação	Tipo de documento
T1	O programa permanência e êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar	Autora: Rozieli Bovolini Silveira Orientadora: Professora Dra. Mariglei Severo Maraschin	Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM RS) -	Dissertação de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica
T2	Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima / Campus Amajari: um estudo de caso	Autor: Mateus Sena Lopes Orientador: Professor Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza Co-orientadora: Professora Dra. Maristela Bortolon de Matos	Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (JDF MG) –	Dissertação de Mestrado em Educação
T3	Aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges: avanços e dificuldades	Autora: Mary Vânia Teixeira Praciano Orientadora: Professora Dra. Maria Isabel de Azevedo Alvim	Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública da faculdade de Educação de Juiz de Fora –	Dissertação de Mestrado Profissional
T4	Permanência e êxito no Instituto Federal de Goiás Campus Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes	Autora: Marcilene Dias Bruno de Almeida Orientadora: Professora Dra. Gene Maria Vieira Lyra-Silva	Programa de Pós Graduação em ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação da Universidade Federal de Goiás –	Dissertação de Mestrado em Ensino na Educação Básica

Destaca-se que para melhor identificação dos trabalhos analisados e suas respectivas autorias, as partes retiradas das dissertações e expostas nesse capítulo como resultante da análise realizada são referenciadas com a identificação do trabalho (T1, T2, T3, T4) seguida do/a autor/a, ano e página.

No Quadro 3, a seguir, são explicitadas algumas características importantes para uma melhor percepção dos trabalhos analisados, a saber: objetivos da pesquisa, referencial teórico utilizado para discussão sobre o fracasso escolar, tipo/natureza da pesquisa desenvolvida, categorias de análise e aspectos e/ou fatores discutidos para abordagem do foco de investigação.

Quadro 3 – Características dos trabalhos analisados

Trabalho	Objetivos (geral e específicos)	Referencial Teórico sobre Fracasso escolar	Tipo da Pesquisa	Categorias de Análise	Aspectos e/ou Fatores Discutidos
T1	<p>Geral: Analisar o desenvolvimento da política institucional implementada pelo programa permanência e êxito (PPE) no Instituto Federal Farroupilha</p> <p>Específicos: Caracterizar as concepções de Permanência e Êxito no IF Farroupilha; compreender as possíveis relações entre o trabalho pedagógico e o sucesso ou fracasso escolar; relacionar o Programa Permanência e Êxito com a política dos Institutos Federais; comparar o desenvolvimento da política de permanência e êxito e do trabalho pedagógico nos cursos integrados e subsequentes.</p>	<p>Patto Machado Ramos Kuenzer Arroyo Alves Abramovay</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p>	<p>A permanência e êxito, fracasso escolar, evasão e retenção na Educação Profissional e Tecnológica.</p>	<p>Trabalho e relação com a educação Trabalho Pedagógico</p>
T2	<p>Geral: Identificar o que leva os alunos de comunidades indígenas matriculados nos cursos técnicos articulados ao ensino médio do IFRR CAM a evasão e fracasso escolar.</p> <p>Específicos:</p>	<p>André Ludke Patto Charlot Brandão Dore Luscher</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p>	<p>Altos índices de evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas matriculados nos cursos técnicos</p>	<p>Problemas com a logística do transporte Não identificação com os cursos ofertados, Jornada diária desgastante...</p>
T3	<p>Geral: Analisar os procedimentos didáticos pedagógicos desenvolvidos na EEP Maria Ângela da Silveira Borges no intuito de identificar os fatores associados às altas taxas de aprovação parcial dos alunos dessa instituição de ensino e, a partir dessa análise, propor ações para minimizar o problema.</p>	<p>Arroyo Jacomini Pozzobon, Mahendra e Marin Paulilo</p>	<p>Pesquisa qualitativa</p>	<p>Gestão Escolar Aprovação parcial. Procedimentos didático-pedagógicos</p>	<p>A presença da cultura da exclusão/reprovação e o baixo desempenho dos alunos nas avaliações internas de aprendizagem</p>

	<p>Específicos: Descrever os indicadores internos da Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges; ii) analisar as causas que levam às altas taxas de aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges; iii) propor ações que propiciem uma melhoria no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido na EEEP Maria Ângela da Silveira com o intuito de reduzir o quantitativo de alunos aprovados parcialmente nessa escola</p>				
T4	<p>Geral: Criar um formulário pedagógico eletrônico de diagnóstico e acompanhamento do discente ingressante na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio, baseado nos elementos identificados que contribuem para a permanência e êxito do estudante no curso, a fim de fornecer subsídios para a escolha das intervenções adequadas que impedirão seu abandono ou reprovação.</p> <p>Específicos: evidenciar os caminhos do sucesso, por meio do levantamento dos aspectos comuns entre os jovens que ingressam, permanecem e concluem a Educação Profissional Técnica integrada ao Ensino Médio; propiciar mecanismos de acompanhamento pedagógico e social ao discente desde seu ingresso na instituição de ensino; subsidiar o trabalho de docentes, equipes pedagógicas e pais concernente às estratégias de incentivo à permanência e êxito dos estudantes.</p>	Bourdieu, Arroyo, Patto, Charlot e Lahire.	Pesquisa qualitativa	Permanência e êxito, Evasão escolar, Ensino Médio Integrado, Acompanhamento Discente e Educação Profissional	Análise dos indicadores de Permanência e Êxito Identificação dos elementos que se apresentam como dificuldades para a conclusão do curso.

O fracasso escolar no âmbito da Educação Profissional é apresentado nas dissertações analisadas com rigor crítico através do levantamento de análises sobre o surgimento do fracasso e a exposição de reflexões concernentes as principais causas apontadas de insucesso dos alunos em instituições de ensino (no caso específico das dissertações - uma da rede Estadual e três da rede Federal).

Por meio de pesquisas investigativas realizadas com os integrantes da escola (professores, coordenadores, alunos e gestores), que são apresentados em cada dissertação, percebe-se a presença de um diálogo comum, uma complementaridade entre os trabalhos analisados. Particularmente, observa-se, uma convergência, sobretudo concernente ao referencial teórico utilizado para discussão

sobre o fracasso escolar: a autora Maria Helena de Souza Patto. Patto aparece com muita frequência em T1, T2 e T4, sendo citada apenas uma vez no T3, para uma reflexão da autora da dissertação, mas sem fazer parte da composição principal da discussão sobre o fracasso escolar, devido à perspectiva que o próprio trabalho apresenta que “perpassam pela questão de analisar os fatores associados ao fracasso escolar, traduzido, neste caso, nas insatisfatórias taxas de aprovação parcial da instituição de ensino”. (T3 – PRACIANO, 2019, p.9)

A obra da autora Maria Helena de Souza Patto, “A produção do Fracasso Escolar: histórias de submissão e rebeldia”, tornou-se uma literatura de excelência acerca dos estudos sobre o fracasso escolar levando em consideração o rigor metodológico que apresenta entre a teoria e a pesquisa e os sucessivos passos de uma pesquisa de campo em que o leitor é convidado a acompanhar. Sua pertinência e relevância na análise e discussão sobre a temática continuam presentes na atualidade. Tal obra é referenciada por Carvalho (2015, p.406) como um “clássico”, conforme lembra “Calvino (1993, 11-15), ‘um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer e que por isso persiste... mesmo onde predomina a atualidade mais incompreensível’”.

A obra em 1995 mereceu o prêmio de livro de maior relevância para a área, concedido pela APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) ao se repercutir no campo da Educação como também uma referência para a área da Psicologia que originou um elevado número de pesquisas, inclusive sobre o seu reverso, o sucesso escolar (GOMES, Prefácio à segunda edição PATTO, 2015, p. 13). Vinte e cinco anos depois da trajetória da obra, o autor José Sérgio de Fonseca Carvalho comenta sobre a sua repercussão e relata a sua notoriedade investigativa dentro do espaço escolar com os sujeitos pertencentes ao mesmo:

Patto faz emergir as esperanças, os preconceitos, os dramas e sonhos de professores, alunos, pais, coordenadores pedagógicos e diretores que nas páginas de sua obra não são tratados como “números”, “estruturas” ou “objetos”, mas como sujeitos cuja voz, os gestos, os desenhos nos guiam por entre os labirintos obscuros do cotidiano escolar (CARVALHO, 2015, p. 407).

Sendo assim, a obra de Patto escuta a voz e dá visibilidade para os integrantes da escola, desvenda as origens e causas do fracasso escolar, revela o

preconceito infiltrado na produção do conhecimento e nos mostra a impregnação do discurso dominante presente nos dias atuais que põe a culpa do fracasso no aluno e/ou na sua família por pertencer à classe popular/pobre. Característica, articulada com a pertinência, relevância e atualidade da obra, que desencadeou a delimitação do recorte temporal para realização da análise do atual TCC.

Na análise de T1 constata-se que a autora discute a possibilidade de permanência e a conclusão com êxito dos estudantes da classe trabalhadora que acessam a Educação Profissional e Tecnológica através de um programa desenvolvido no Instituto Federal de Farroupilha intitulado Programa Permanência e Êxito (PPE). Quanto à metodologia da pesquisa, a autora utilizou três instrumentos: entrevistas, questionários e diário de campo. As entrevistas foram direcionadas para os coordenadores específicos do Programa Permanência e Êxito, e aos coordenadores de eixo dos cursos técnicos, já os questionários foram encaminhados para os estudantes, maiores de dezoito anos, dos cursos subsequentes e integrados ao Ensino Médio, sobre o nível de conhecimento dos alunos com relação ao Programa Permanência e Êxito e os aspectos relacionados à evasão e a retenção (reprovação), e o diário de campo para o registro das observações em reuniões como ouvinte, e visitas a instituição.

A realidade do fracasso escolar revelada através de indicadores mostra o quão é complexo o assunto no Brasil. Por isso é importante a tomada de ações, de enfrentamento dessa problemática através de programas que considerem as diferentes dimensões e a necessidade de busca de maior articulação para a intervenção do fracasso escolar, com o propósito de superar essa barreira existente na educação. De acordo com os estudos do T1, foi revelado ser insuficiente as ações do Programa desenvolvido no Instituto Federal de Farroupilha para o enfrentamento da evasão e retenção dos alunos, pois o Instituto ainda enfrentava índices elevados de evasão e retenção. Segundo Silveira (T1 – 2017, p.116), são ações desenvolvidas de cunho prático, que focam o aprendizado de determinado conteúdo, tido como uma lacuna para o estudante. Contudo, ao falar das ações desenvolvidas pelo Programa Permanência e Êxito a autora esclarece mais:

Sobre as ações desenvolvidas no PPE foi possível observar duas categorias de ações: as ações práticas e as ações reflexivas. As ações práticas vão ao encontro de estratégias mais objetivas de intervenção, como monitorias, recuperações paralelas, entre

outras e as ações reflexivas dão conta dos processos de formação de professores, encontro com as famílias, etc. Essa última tem como objetivo a reflexão sobre as concepções sobre a permanência e êxito, aprendizagem, desenvolvimento humano, evasão, retenção, etc. É a partir das ações reflexivas a possibilidade da práxis, ou seja, é necessária a reflexão sobre próprias ações do programa, bem como as concepções sobre a educação ofertada pelos IFs e o Trabalho Pedagógico realizado nos cursos integrados e subsequentes, foco deste estudo, para um novo movimento de ação (T1 - SILVEIRA, 2017 p. 137).

Percebe-se que as ações reflexivas nas quais envolve os professores, as famílias e o diálogo das condições acadêmicas do aluno, a exemplo do êxito, da aprendizagem, a evasão dentre outros, são caminhos que podem auxiliar no enfrentamento do fracasso escolar se houver reflexão das próprias ações. Ou seja, não basta somente evidenciar as causas do insucesso, mas pensar em formas de resolução dos conflitos que surgem a partir das ações reflexivas.

No que se refere às dificuldades para permanência e êxito dos estudantes, a pesquisa com os sujeitos entrevistados (os coordenadores do Programa Permanência e Êxito e os coordenadores dos cursos técnicos), apontaram para o abandono escolar e também para a retenção fatores como: a falta de apoio nas relações familiares, déficit na infraestrutura dos campi da cidade, dificuldade de adaptação para cursar somente o Ensino Médio, dificuldade de relacionamento e com a linguagem dos professores, incompatibilidade com trabalho, questões sociais como moradia e transporte, histórico de reprovação e lacunas de conhecimento na formação anterior (T1 – SILVEIRA, 2017, p.86). São situações apontadas pelos coordenadores da instituição como fatores influenciáveis para a evasão e retenção no percurso acadêmico dos estudantes.

Todavia é relevante ressaltar a importância de ouvir o aluno como agente do conhecimento e transformadores da escola, pois foram sujeitos que, historicamente, se mantiveram silenciados e apontados como culpados de seu fracasso, devido ao preconceito com a classe popular, como destaca Patto em sua obra (2015). Afinal, a escola por muito tempo foi reprodutora do discurso de culpabilização do aluno, ao deixar de avaliar o próprio sistema de funcionamento, levando em consideração que o sucesso do aluno depende das relações constituídas no espaço escolar (com o conhecimento, os professores, os colegas e demais profissionais da educação), a família e a sociedade.

Nos aspectos e/ou fatores relacionados ao fracasso escolar, o T1 apresenta a discussão entre trabalho e sua relação com a educação. Silveira afirma que a construção de trabalho e educação é entendida propositalmente em sua reflexão como elementos indissociáveis, oriundos de uma realidade material a ser analisada (T1 – SILVEIRA, 2017, p.95). Para a justificativa da indissociabilidade a autora argumenta como um dos motivos o campo da educação se ocupar no mundo do trabalho. Autores como Ciavatta, Saviani, Marx, Engels, Arroyo e Frigotto que abordam trabalho e educação, são citados pela autora a fim de contribuir com a construção e argumentação do pensamento.

É importante refletir na contribuição que um dos autores citados faz sobre essa relação, a exemplo de Dermeval Saviani em seu artigo “Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos”. Segundo Saviani (2007, p.154) o trabalho significa o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas, ou seja, o homem tem que adaptar-se a natureza para produzir sua própria vida como meio de subsistência. Essa produção humana é ao mesmo tempo a formação do homem, e isto é um processo educativo. Haja vista, que a origem da educação, conforme Saviani, coincide com a origem do próprio homem, e essa relação entre trabalho e educação é uma relação de identidade. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção de existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações (SAVIANI, 2007, p.154), o que configura em um verdadeiro processo de aprendizagem.

Sobre a separação do trabalho e educação, Saviani em seu artigo, aponta como consequência, a apropriação privada da terra. O homem deixa de produzir por um bem comum gerando a divisão de classes dos proprietários e não proprietários. O autor ratifica que é o trabalho que define a essência humana. Mas o controle privado da terra, onde os homens vivem coletivamente tornou possível aos proprietários viver do trabalho alheio; do trabalho dos não-proprietários que passaram a ter a obrigação de, com o seu trabalho, manterem-se a si mesmos e ao dono da terra, convertido em seu senhor (SAVIANI, 2007, p. 155). Tal divisão dos homens em classes contribuiu para a divisão na educação, uma para a classe proprietária e outra para a não-proprietária. A primeira centrada nas atividades intelectuais e a segunda assimilada ao próprio processo do trabalho. Do mesmo modo, a autora do T1 conclui que, há ainda uma divisão clara entre trabalho manual

e intelectual e essa divisão é oriunda de outra divisão: a da sociedade em classe (T1 – SILVEIRA, 2017, p. 102).

A autora do T1 a partir da concepção de Patto sobre o fracasso escolar, afirma ser necessário superar o discurso da responsabilização do estudante ou de sua condição social como causadores do fracasso escolar como aparecem em vários discursos na pesquisa, na fala dos professores e coordenadores, a saber: abandono familiar e problemas de aprendizagem na formação anterior (T1 – SILVEIRA, 2017, p.90). Desse modo, já sabemos, de acordo com a pesquisa de Patto que o fracasso escolar está associado com as teorias do déficit e da diferença cultural, e, portanto, precisam ser desconstruídos para a investigação do verdadeiro problema para a tomada de ações efetivas. Por isso, é necessário desconstruir o olhar que é atribuído ao aluno como o único culpado e a partir disso buscar alternativas que o levem de fato a apropriação do saber.

O T2 pode ser considerado como complementar do T1 porque ambos apresentam perspectivas da mesma autora sobre o fracasso escolar ao utilizar como base a obra de Patto “A Produção do Fracasso Escolar” (edições 2015 e 1990 respectivamente). Veremos, então, que não divergem entre si quando expõem os estudos sobre o tema. Em T2, Lopes, autor da dissertação, mostra alguns aspectos sociais considerados determinantes para a evasão e fracasso escolar, dentre eles, a desestruturação familiar, as poucas políticas de governo, o desemprego, o baixo desempenho, reprovação, a escola e outros (T2 – LOPES, 2017, p. 48), evidenciando, assim, que são múltiplas as condições que contribuem para o surgimento de dificuldades no processo de escolarização.

Por meio de entrevista com os alunos de comunidades indígenas evadidos dos cursos técnicos ofertados, Lopes procurou compreender o porquê dos altos índices de evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas matriculados nos cursos técnicos ofertados pela instituição. As principais causas destacadas na entrevista com os alunos mostraram fatores como:

problemas com a logística do transporte, a não identificação com os cursos ofertados, uma questão que merece atenção por está diretamente ligada aos anseios e projetos de vida dos alunos, jornada diária desgastante, dificuldade em acompanhar o ritmo dos cursos, devido ao excessivo volume de aulas aos quais os alunos são submetidos diariamente, problemas de relacionamento com o professor, onde os conflitos apresentados expõem atos

preconceituosos, explícitos e de visível negação do outro devido as suas fragilidades e a reprovação muitas vezes baseada em uma avaliação autoritária e equivocada, pois rotula o discente como incompetente e o sentimento de inferioridade pode estar relacionado e contribuindo para a sua fuga (T2 – LOPES, 2017, p.97).

A narrativa dos alunos indígenas por meio da entrevista evidencia as dificuldades enfrentadas por esses estudantes para a obtenção do sucesso escolar. É evidente que a ausência e familiaridade com a cultura dos discentes por parte dos professores causam para os alunos desafios na aprendizagem. Nesse caso, ficam claras as causas que dão origem ao fracasso escolar no Instituto Federal de Roraima, por exemplo, a negação do outro, a avaliação autoritária, a inferioridade e outros. Mais uma vez estamos diante de um problema histórico de fracasso escolar que fora construído, carregados por pensamentos preconceituosos e ainda legitimados na educação brasileira quando não se põe em debate. Patto em sua obra (2015) faz uma citação relevante para a compreensão das diferenças culturais, muitas vezes tratadas pela escola como um impedimento para o aluno aprender por não se permitir conhecer o diferente e o contexto de diversidade numa sala de aula. Patto apresenta o pensamento da autora Ana Maria Poppovic, no qual fica claro a consequência da negação do outro:

No momento em que uma dessas crianças sai do ambiente familiar e passa a frequentar a escola, depara-se com uma instituição organizada, mantida e regida pela classe média, que possui padrões culturais bem diversos dos que lhe foram dados e dos que continuará a assimilar no seu ambiente. Inicia-se então para elas um processo de marginalização que é realizado inconscientemente através do desconhecimento total dos professores - na grande maioria pertencentes à classe média – sobre a população de alunos com a qual estão lidando (POPPOVIC, 1972, p.245 apud PATTO, 2015, p. 121).

Diante disso, os alunos indígenas tem enfrentado o fracasso escolar pela ausência do conhecimento de sua cultura. Através dos estudos de Patto, ao longo da dissertação, Lopes aborda a importância do professor buscar o conhecimento da cultura de seus alunos a fim de evitar a padronização que conseqüentemente contribui para o fracasso escolar de alunos pertencentes à comunidade indígena. Nesse caso, as diferenças culturais se apresentam como um complicador que

deixam os alunos indígenas constrangidos por não conseguirem acompanhar os conteúdos com a mesma facilidade dos não indígenas (T2 – LOPES, 2017, p.65).

Percebe-se que o direito por uma educação na qual a cultura indígena seja preservada tem sido negligenciado, uma vez que a Lei nº 9394 promulgada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, garante esse acesso para a comunidade quando estabelece questões importantes sobre a educação indígena em seu Art. 78º, parágrafos I e II, ao expor que é fundamental:

Art. 78. O Sistema de Ensino da União, com a colaboração das agências federais de fomento à cultura e de assistência aos índios, desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os seguintes objetivos:

I – proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II – garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias (BRASIL, 1996).

Lopes, em seu trabalho (T2), aponta como um dos problemas da evasão e fracasso o tratamento de forma padronizada de alunos pertencentes a uma cultura desconhecida pelos professores que em maioria são de outros estados e certamente ainda não se familiarizou com o contexto em que está inserido (T2 – LOPES, 2017). Ou seja, os professores devem buscar conhecer o perfil dos alunos para que os mesmos possam alcançar a aprendizagem.

Os indígenas têm direitos específicos, dentre eles a educação diferenciada, condição que deve ser garantida pelos estabelecimentos educacionais que atendem a esse público. Diversas são as dificuldades encontradas pelos professores do IFRR/CAM (Instituto Federal de Roraima/ Campus Amajari) no intuito de zelar minimamente por esse direito (T2 – LOPES, 2017, p.69). Reconhecer a cultura e os saberes desses alunos é um princípio para a garantia do direito de aprender. Ainda, o autor do presente trabalho, ao realizar também entrevista com os professores da instituição, mostrou ser evidente na resposta dos docentes que os alunos indígenas apresentam um comportamento particular que “advém da forma cultural em que se relacionam em suas comunidades” (T2 – LOPES, 2017, p.68). O trecho da entrevista

abaixo expõe a percepção do professor quanto a alguma insatisfação dos alunos de comunidades indígenas referente ao curso ou à instituição:

Esse ponto é muito difícil de identificar, pois eles são muitos tímidos, vergonhosos. Eles são muito fechados não dão muita abertura quando nós perguntamos a eles: o que eles desejam? O que eles querem? O que eles sonham? O que está perturbando eles? Eles simplesmente se calam, não falam nada, não comentam, então fica difícil para a instituição identificar esses pontos, mas por conversas informais eu tento sondá-los e observei o seguinte: Que a insatisfação deles está relacionada com a questão que eles consideram muito pesada a rotina de estudo, pois eles vêm de uma realidade onde eles têm um fundamental muito fraco, e quando chega à instituição eles têm um ensino médio, tecnológico, manhã e tarde, extremamente puxado, isso contribui bastante para a insatisfação dos alunos (T2 – LOPES, 2017, p.68).

O autor da dissertação identifica a narrativa acima como uma questão que pode gerar dificuldade para uma intervenção pela equipe pedagógica da instituição, que não conseguindo estabelecer um diálogo mais aberto, tem problemas em interpretar corretamente os anseios e insatisfações dos alunos indígenas (T2 – LOPES, 2017, p.68). Essa situação nos faz refletir sobre a importância de pensar na forma de ensino ofertada para que o estudante indígena permaneça no instituto e possa alcançar o seu sucesso escolar. E mais, o professor da entrevista quando questionado se adota alguma prática pedagógica diferenciada para trabalhar com os alunos de comunidades indígenas no intuito de garantir a aprendizagem, se posiciona dizendo:

Bem, como eu já havia falado a questão dada... Há uma barreira entre o que o professor fala e o que os alunos indígenas conseguem assimilar, pois eles alegam uma linguagem de difícil acesso. Porém algumas práticas pedagógicas que tem sido trabalhadas para vencer essa barreira são as práticas trabalhadas em campo, onde eles se mostram bastante interessados, participativos, devido a sua realidade de trabalho na roça. Então, o questionamento deles ainda é muito pouco, porém o que você pedir no desenvolvimento da prática eles fazem. Eles são muito atentos, às vezes até bem participativos, eu chego até questionar, nós conseguimos vencer de certa forma, mas em sala de aula, a barreira volta e volta firme (T2 – LOPES, 2017, p.69).

Percebe-se que os alunos indígenas demonstram interesse e satisfação nos estudos quando a aula é prática, por fazer parte da realidade do seu cotidiano. No entanto, em sala de aula, segundo o professor, as limitações permanecem. Entre os

múltiplos fatores, pode-se considerar o excesso de aulas e de conteúdos para assimilar e que, possivelmente, não apresentam relação com o seu universo.

No T3, Praciano (2017) realizou entrevistas com a diretora da escola e um de seus coordenadores, por estarem à frente da gestão, e questionários que foram aplicados a nove professores e trinta e seis alunos com o intuito de analisar os resultados de aprovação, aprovação parcial e reprovação da Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges.

Em T3, o autor levanta questões sobre quais as ações poderiam ser implementadas pela gestão escolar para redução no quantitativo de alunos aprovados parcialmente na instituição. Assunto que merece atenção por parte da gestão escolar, visto que a aprovação parcial, embora presente no Regimento Interno da instituição e acessível para o discente que não conseguiu o êxito na recuperação, tende a levar os alunos a não concluírem o ensino e, posteriormente, ao fracasso escolar, devido ao quantitativo elevado dos que são aprovados parcialmente. De acordo com o Regimento Interno, essa aprovação permite o aluno avançar de uma série para a outra, com componente curricular não concluído na última série cursada (EEEP MARIA ÂNGELA DA SILVEIRA BORGES, 2015, p. 16 apud T3 – PRACIANO, 2017, p.46). A grande questão é a dificuldade enfrentada por esses alunos aprovados em regime de progressão parcial, em virtude do esforço que eles têm que fazer para conciliar os horários de estudo a mais, dedicados aos componentes curriculares da progressão parcial (T3 – PRACIANO, 2017, p.47).

Com relação a essa aprovação parcial adotada pela instituição de ensino analisada no T3, torna-se necessário questionar se a aprovação parcial que dá o direito ao aluno cursar a disciplina pendente no ano posterior além das obrigatórias do ano vigente, não irá prejudicar o seu percurso formativo devido ao número maior de disciplinas. Tal questionamento faz-se pertinente ao levar em consideração, por meio dos estudos, que o funcionamento dos Institutos Federais é marcado por uma maior quantidade de disciplinas por oferecer uma formação profissional integrada ao Ensino Médio, ou seja, os alunos tem uma quantidade maior de disciplinas para darem conta que exige muito mais dedicação e horas de estudos. Assim, a autora esclarece:

Para além do indesejado quantitativo de alunos em progressão parcial, um outro impacto negativo e bastante relevante está

relacionado à dificuldade enfrentada por esses alunos aprovados em regime de progressão parcial, em virtude do esforço que eles têm que fazer para conciliar os horários de estudo a mais dedicados aos componentes curriculares da progressão parcial, o que não deixa de comprometer o seu rendimento e exigir mais comprometimento com seus estudos, o que não é nada fácil nem para eles, nem para a gestão e muito menos para os professores que os acompanham diretamente (T3 - PRACIANO, 2019, p. 47)

Fica constatado o quanto é desafiador para o aluno encarar a progressão parcial quando a política não influencia absolutamente em sua aprendizagem, embora a função principal seja a de oportunizar ao aluno a continuidade de sua trajetória escolar. Segundo a autora, é fato que a estagnação do aprendizado, em qualquer nível, gera desinteresse, comodismo, sentimento de indiferença e evasão escolar, fortalecendo, assim, o processo de discriminação social (T3 – PRACIANO, 2019, p. 73). Isto significa dizer que, quando o aluno não consegue obter o êxito, o sentimento de frustração o leva a enfrentar o fracasso escolar.

Apoiada nas ideias das autoras Carraher e Schliemann (2013), na perspectiva da autora da dissertação, o fracasso escolar não pode ser atribuído ao aluno e muito menos à família, mas sim à escola que tem a aprendizagem e o sucesso escolar de seus alunos como principal objetivo da sua existência (T3 – PRACIANO, 2019, p.19). Por isto as causas para o fracasso escolar na Educação Profissional em T3 estão compreendidas nas altas taxas de aprovação parcial, além do baixo desempenho dos alunos nas avaliações internas. Uma circunstância que necessita de ação por parte da gestão escolar.

De acordo com o questionário respondido com a participação de nove professores da instituição, a autora do T3 informa que cinco apontaram o baixo desempenho de aprendizagem dos alunos no Ensino Fundamental como principal fator que ocasiona as reprovações na EEEP Maria Ângela da Silveira Borges, apenas um apontou como principal motivo a falta de acompanhamento por parte da família, outro apontou a falta de interesse e motivação por parte dos alunos, e somente um apontou a falta de adaptação à rotina de tempo integral (T3 – PRACIANO, 2019, p.72). Nota-se, então, que nenhum professor refletiu sobre a prática de ensino utilizada em sala de aula. A ausência de analisar a própria metodologia demonstra o quanto a escola necessita rever seus métodos de ensino e investigar em todos os níveis os motivos do insucesso do aluno, seja na família, seja nas lacunas do ensino anterior ou na metodologia de ensino, pois a fala dos

docentes reflete o discurso sustentado durante décadas que culpabiliza o aluno e sua família pelo insucesso. Contudo, a autora do T3 faz uma importante consideração sobre o fracasso e sucesso escolar dos alunos:

Nesse sentido, presume-se que um dos fatores que pode contribuir para que os alunos, filhos da classe trabalhadora, estudantes de escola pública, que ingressam no Ensino Médio encontrem dificuldades em acompanhar os conteúdos ensinados nesse nível de ensino é o fato de serem egressos de uma realidade educacional deficitária no aprendizado de conteúdos relacionados à leitura, escrita e às operações matemáticas básicas, o que dificulta, em grande medida, o seu aprendizado na última etapa da educação básica. Desse modo, cabe às escolas de Ensino Médio acolher esses alunos, no sentido de valorizar cada avanço obtido por eles, por menor que seja, para possibilitar uma melhoria nas suas autoestimas, fazendo com que se sintam motivados a aprender. (T3 – PRACIANO, 2019, p.73)

Logo, o pensamento da autora descrito acima, apresenta importantes ações para o enfrentamento do fracasso. Ainda assim, para que a estratégia possa ser utilizada, os professores terão que desconstruir o modelo de aluno ideal a fim de buscar desenvolver estratégias que possibilitem o alcance do êxito escolar daqueles que tiveram experiências negativas em suas trajetórias.

No T4, Almeida (2019) apresenta discussões sobre fracasso escolar, com o foco principal de investigar o êxito e a permanência do aluno na escola. A autora utiliza o estudo de caso como meio de investigação para responder aos objetivos do trabalho. Em seu resumo, apresenta a intenção de conhecer as características do aluno que permanece e os principais motivos que contribuem para esta decisão a fim de auxiliar nas estratégias aplicadas para que o êxito seja a realidade dos estudantes que ingressam nessas instituições de ensino. Em seu referencial teórico utiliza os autores Patto, Charlot, Bourdieu, Arroyo e outros para discutir em que contexto as situações de fracasso e sucesso escolar surgem. Ao investigar sobre as concepções de êxito e fracasso, a autora elucida:

Como o termo “fracasso escolar” está operacionalizado, desdobrando-o em repetência e evasão, e o termo êxito referente à permanência e conclusão do curso, podemos conceituar o êxito escolar, nesta pesquisa, como o alcance do desempenho e do aproveitamento esperados pelo estudante que ingressou no IFG, durante a sua trajetória acadêmica, alcançando a aprovação nas disciplinas, a conclusão do estágio e das atividades complementares exigidas no curso. Mesmo que o aluno reprove em

alguma série, mas permaneça na instituição até a conclusão do curso, pode-se considerá-lo como exitoso, visto que superou as dificuldades encontradas no caminho e conseguiu cumprir com os objetivos propostos, dentro de um período estabelecido para a integralização do curso. (T4 – ALMEIDA, 2019, p.48).

Vemos, assim, que a tarefa de levar o aluno a conquistar o êxito, requer a criação de oportunidades necessárias ao seu alcance para a sua permanência e êxito, além da compreensão sobre a diversidade existente no espaço escolar a fim de atendê-la em seus respectivos anseios. A autora destaca as quatro das principais políticas e ações instituídas pelo IFG (Instituto Federal de Goiás) e pelo Campus Uruaçu para a busca do êxito dos estudantes do Ensino Médio Integrado. São elas: a política de Assistência Estudantil, a organização estudantil como espaço de autonomia, o Plano Estratégico Institucional para Permanência e Êxito e o acompanhamento pedagógico e psicopedagógico.

Para contemplar a determinação do Ministério de Educação com o propósito de combater a evasão e ampliar o êxito na Rede Federal, o Instituto de Goiás elaborou em 2016 um plano estratégico para a realização do diagnóstico das causas de evasão e retenção, proposição de políticas que sejam capazes de criar ações administrativas e pedagógicas, de modo a ampliar as possibilidades de permanência e êxito dos estudantes no processo educativo (T4 – ALMEIDA, 2019, p. 69). Nesse caso é perceptível a atitude tomada pela instituição após investigar as causas do insucesso escolar para criar estratégias que mantivessem o aluno na escola e o mesmo pudesse atingir sucesso nos estudos.

De acordo com a autora, as medidas de intervenção propostas tiveram como base o diálogo com os gestores, com os docentes, equipe de apoio pedagógico ao discente e com os discentes. Algumas ações já aconteciam no Campus, mas a proposta seria reforçar estas ações e propor outras ações que complementassem e auxiliassem na superação da evasão (T4 – ALMEIDA, 2019, p.151). Portanto, vemos a importância de uma constante análise das ações já implementadas para atender as necessidades acadêmicas do aluno, se de fato tem produzido o devido efeito. É válido destacar os programas oferecidos pela Assistência Estudantil, são eles: Programa Alimentação, Transporte, Permanência, Moradia, Capacitação Estudantil, Atenção a Saúde, Apoio Psicossocial e Seguro Estudantil, com vistas à inclusão social, formação plena do/a cidadão/cidadã e bem-estar biopsicossocial, para um

melhor desempenho acadêmico e a inserção do/a estudante no mundo do trabalho (T4 – ALMEIDA, 2019, p.144), a fim de atender as especificidades dos estudantes.

Por meio do questionário eletrônico aos alunos concluintes do ano de 2017 do Instituto Federal de Goiás, a autora identificou as causas apontadas pelos estudantes como os principais problemas ou dificuldades que de certa forma poderiam levá-los ao fracasso escolar que seriam: a carga horária extensa do curso (muitas disciplinas no ano letivo); o excesso de trabalhos e atividades; o fato de o curso ser em tempo integral – permanecer o dia todo na instituição; e a adaptação com o ritmo da instituição (T4 – ALMEIDA, 2019, p.70). Para que o estudante se adapte em tempo integral na escola é necessário que seja garantido às condições necessárias para a sua permanência, além da oferta de um tempo para estudos na própria instituição, pois o acúmulo de tarefas devido à quantidade de disciplinas pode sobrecarregar o estudante que esteja com dificuldades para acompanhar os estudos e, conseqüentemente, ocasionar o abandono escolar. Por essa razão, a autora destaca a importância do acompanhamento pedagógico:

Em linhas gerais, o acompanhamento pedagógico pode ser concebido como uma estratégia de intervenção para auxiliar estudantes com demandas específicas no âmbito da aprendizagem, mediante um planejamento individualizado que desenha um plano de ação pedagógica, com o objetivo de identificar as rotas de aprendizagem de cada sujeito e, conseqüentemente, intervir para que os avanços aconteçam. Para isso, podem ser propostas atividades específicas para cada demanda, planejamento de rotinas, estratégias de estudo, visitas domiciliares, reunião com os familiares, além de auxílio pedagógico em adaptações curriculares, caso seja necessário (T4 – ALMEIDA, 2019, p.154).

Portanto, a autora aponta como sucesso e êxito do aluno na escola fatores como as intervenções realizadas pelos profissionais da equipe multiprofissional, tanto de cunho pedagógico quanto psicológico, que se constituem como fortes contribuintes para a redução considerável nos números de repetência e evasão (T4 - ALMEIDA, 2019, p.159). Dessa maneira, são significativos os planos de ações criados pelas instituições na iminência de acolher o aluno em suas especificidades.

A conquista do êxito dos estudantes precisa ser uma realidade de todas as escolas, no intuito de que haja uma intervenção constante da equipe profissional disponível na vida do aluno, o acompanhando durante a sua permanência na escola,

atendendo as suas carências e anseios com o objetivo de assegurar-lhe o sucesso de seu aprendizado.

Como síntese final, diante das considerações expostas relativas aos quatro trabalhos analisados (T1, T2, T3 e T4) para produção do atual TCC, pode-se destacar que a pesquisa mostrou que os quatro trabalhos abordaram a temática fazendo o destaque para as seguintes categorias de análise: a permanência e êxito, evasão, retenção, exclusão/reprovação, baixo desempenho e aprovação parcial. Além disso, foram identificados os principais aspectos e ou/ fatores discutidos e privilegiados, tais como: trabalho e relação com a educação, identificação com os cursos ofertados, jornada diária desgastante, gestão escolar, procedimentos didático-pedagógicos, acompanhamento e políticas institucionais.

Considerando os trabalhos em suas particularidades, constatou-se que no T1 a autora discute a possibilidade de permanência e êxito dos estudantes da classe trabalhadora que ingressam na Educação Profissional. No T2 o autor buscou investigar o que levava os alunos de comunidades indígenas a fazerem parte de altos índices de evasão e fracasso escolar matriculados nos cursos técnicos do IFRR/CAM. No T3, a autora buscou alternativas em ações que poderiam ser implementadas pela gestão escolar para que houvesse redução no quantitativo de alunos aprovados parcialmente, visto que ocasionava a evasão e retenção escolar. E, por último, o T4 faz uma investigação sobre o êxito do aluno que permanece na escola e os elementos que contribuem com a intenção de auxiliar no levantamento de estratégias para que o êxito seja a realidade de todos os que acessam ao ensino.

Destaca-se também que os trabalhos propõem reflexões e alternativas acerca do debate sobre o fracasso escolar dentro das instituições pesquisadas, fazendo a análise do surgimento da categoria fracasso e o seu conceito, tendo como base a obra da autora Maria Helena de Souza Patto "A produção do fracasso escolar". Ressalta-se que apenas o T3 apresenta somente uma citação da referida autora devido à investigação ter a aprovação parcial como principal elemento discutido.

Por fim, as concepções de fracasso no âmbito da Educação Profissional são apresentadas pelos autores com rigor crítico, à medida que colocam o conceito de fracasso em debates, com a abordagem da produção desse fenômeno, do seu surgimento até aos dias atuais, constatando, assim, que o assunto ainda merece ser discutido, pois se encontra legitimado na fala de pessoas que compõem o sistema escolar.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta pesquisa foi o de analisar como o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional tem sido abordado/discutido em teses e dissertações publicadas no banco de dados da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) no período de 2016 a 2019, e, de maneira específica, compreender quais as concepções de fracasso escolar são apresentadas no âmbito da Educação Profissional nas pesquisas, assim como identificar os principais aspectos e/ou fatores privilegiados e os principais autores utilizados nos trabalhos. Para tanto, buscou-se responder as seguintes questões: como o fracasso escolar tem sido abordado/discutido nas pesquisas acadêmicas? Quais as concepções de fracasso escolar são apresentadas nas pesquisas no âmbito da Educação Profissional e quais os principais autores utilizados sobre o fracasso escolar no contexto da Educação Profissional?

Para dar conta dos objetivos delimitados a pesquisa foi desenvolvida a partir do estudo teórico a respeito da temática, do levantamento das teses e dissertações disponibilizadas na base de dados escolhida e da posterior análise dos trabalhos encontrados que atenderam os critérios estabelecidos: a) abordar a temática do Fracasso Escolar na Educação Profissional; b) ser da área/campo de educação.

Destaca-se que a escolha da pesquisa do tipo exploratória e documental, de natureza qualitativa, ocorreu por acreditar ser mais apropriada para o tipo de análise desejada. A pesquisa exploratória se deu pelo motivo de oferecer uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado e a documental pelo fato de não exigir contato com os sujeitos da pesquisa, mas de constituir uma fonte rica de dados e documentos. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa por compreender o campo estudado como complexo implicado por diferentes fatores de ordem objetiva e subjetiva.

O atual TCC foi organizado com a perspectiva de compartilhar as reflexões realizadas. Para isso, primeiramente, na introdução, apresentei as razões que me fizeram chegar ao objeto de estudo escolhido com base em uma experiência de estágio realizada no IFBA (Instituto Federal da Bahia). Foram expostas também reflexões sobre o meu percurso acadêmico, antes e pós-ingresso no Ensino Superior, assim como, apresentado às primeiras argumentações sobre o fracasso escolar a partir das contribuições da autora Maria Helena Souza Patto.

Como resultado do estudo teórico, no segundo e terceiro capítulos do TCC são apresentadas reflexões relacionadas às duas principais categorias da pesquisa: fracasso escolar e Educação Profissional. Assim, fez-se uma breve análise sobre o percurso histórico da educação com o intuito de levantar reflexões a respeito do surgimento do fracasso escolar na educação brasileira. Para isso, foi tomado como ponto de partida o período jesuítico, que dá início a história da educação com a catequização, como também é estabelecido no mesmo período as bases para a educação dos povos nativos e dos filhos dos colonos. Por conseguinte, após a expulsão dos jesuítas com a reforma educacional pombalina, faz-se uma análise quanto à chegada da família real ao Brasil, que a princípio preocupava-se com os próprios interesses sem dar importância à educação da população. Posteriormente, acontece a universalização da educação que permite para a maioria da população acesso a escola.

Para discussão específica sobre o fracasso escolar no Brasil é realizada uma discussão a partir das contribuições de Patto (2015), particularmente sua obra “A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia”, bem como também alguns pensamentos de outros autores como Charlot (2006), Ribeiro (2015) e Moraes (2018).

Para abordar a Educação Profissional no Brasil é feita uma reflexão teórica sobre sua história, suas políticas e público alvo a partir do período monárquico, com a criação do Colégio de Fábricas pelo príncipe regente, futuro D. João VI, em 1809 até a criação dos Institutos Federais. Em sequência, é destacado o episódio da Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e o quanto impactou mundialmente nas mudanças do sistema produtivo tornando-se necessário a existência da Educação Profissional para atingir aos interesses do mercado. Em decorrência, é comentado sobre o público alvo do ensino técnico onde se constata que a maioria é de classe popular e ingressam por visualizar após a conclusão do estudo o mercado de trabalho.

Como resultado do levantamento realizado, conforme apresentado e discutido no quinto capítulo, os trabalhos T1, T2, e T4 fazem uma investigação do fracasso escolar na esfera da Educação Profissional utilizando como base a autora Patto, com exceção de T3 que discute o fracasso escolar, mas tem como principal objetivo investigar a aprovação parcial de estudantes. As pesquisas dos quatro trabalhos apontam para fatores relacionados ao fracasso escolar como: evasão,

retenção, reprovação e êxito escolar. Os trabalhos contribuem para a reflexão da categoria estudada e explicitam que as principais causas para o insucesso podem estar na forma em que a escola ainda vê a situação do aluno, influenciada pelo discurso individualizante que atribui o fracasso ao aluno e/ou sua família.

Vemos que no T1, a autora ao discutir sobre a possibilidade de permanência e êxito dos estudantes da classe trabalhadora na Educação Profissional certifica ser necessária a superação da narrativa de que a culpa pelo insucesso pertence ao estudante por sua condição social como expressa os professores e coordenadores em sua pesquisa no IFF (Instituto Federal Farroupilha).

Em T2, o autor ao buscar compreender o motivo dos altos índices de evasão e fracasso escolar dos alunos de comunidades indígenas matriculados no IFRR/CAM (Instituto Federal de Roraima/ Campus Amajari) constatou que a ausência do conhecimento por parte dos professores para com a cultura indígena, ocasiona o abandono escolar e, conseqüentemente, ao fracasso. Portanto, não desconsiderando que são múltiplos os fatores envolvidos para o não êxito, se faz necessário os docentes se familiarizarem com a cultura de seus alunos para que a haja uma amenização do problema e os alunos se sintam pertencentes à escola.

No T3 a autora procurou averiguar sobre quais ações poderiam ser realizadas pela gestão escolar para a redução no quantitativo de alunos aprovados parcialmente na instituição de Ensino Profissional Maria Ângela da Silveira, visto que a aprovação parcial, mesmo constando no Regimento Interno para o aluno que não conseguiu o sucesso na recuperação, não tem contribuído para a conquista da aprovação. Desse modo, segundo a autora, é preciso questionar se a aprovação parcial não atrapalha na formação do aluno, pois gera a sobrecarga de disciplinas e em consequência disso a reprovação.

No T4, a autora, buscou investigar o êxito e a permanência do aluno no IFG (Instituto Federal de Goiás) por meio das características daquele que permanece e os principais fatores que auxiliam em direção ao êxito escolar. Dessa maneira, a autora faz destaque para os programas de assistência estudantil compostos por uma equipe multiprofissional que realizam as intervenções para a permanência do aluno na área da Alimentação, Transporte, Permanência, Moradia, Capacitação Estudantil, Atenção a Saúde, Apoio Psicossocial e Seguro Estudantil, como também a verificação por parte gestores dos efeitos produzidos pelas ações executadas para o êxito do aluno.

No que tange as dissertações de mestrado encontradas para compor este Trabalho de Conclusão de Curso nas análises, foi permitido demonstrar que as causas do fracasso escolar no contexto da Educação Profissional, são múltiplas e variadas, e que atravessam ao longo dos anos várias vertentes, desde aquelas ligadas a classe social, como também às questões culturais, genéticas e raciais, apontando, assim, para a própria produção do conhecimento que fora construída carregada de preconceitos para com a classe popular e ainda se encontra legitimada na fala de muitos que compõem o sistema escolar.

Situação que converge com a análise de Patto (2015) sobre as raízes históricas das concepções sobre o fracasso escolar: de maneira tendenciosa e recorrente são leituras centradas no estudante e/ou em sua família, ou seja, leituras individualizantes e culpabilizantes, isoladas e descoladas da realidade social e histórica. Também é importante destacar que tais leituras individualizantes e culpabilizantes podem ser direcionadas ao docente, o que igualmente se apresenta de forma problemática por desconsiderar as condições de trabalho, a infraestrutura, os fatores institucionais, políticos, econômicos, dentre outros.

Diante das raízes históricas de explicações a respeito da produção do fracasso escolar, é pertinente ressaltar que esse fenômeno é fruto de uma desigualdade histórica presente na sociedade dividida em classes, que reproduz os contrastes nas condições de acesso a moradia, saúde, emprego e educação. Assim, reiteramos o que Maria Helena Souza Patto aponta a respeito da compreensão do fracasso escolar: deve ser compreendido como “parte integrante da vida na escola e esta como expressão das formas que a vida assume na sociedade que a inclui” (PATTO, 2015, p. 173). Portanto, o fracasso escolar, como um fenômeno produzido no dia a dia da escola, é resultante da síntese de múltiplas determinações da realidade concreta, social, cultural e historicamente construída. Dessa forma as concepções que centralizam no individual, no estudante, em sua família e/ou no professor, são concepções deterministas que camuflam e/ou ocultam as múltiplas determinações.

De acordo com os objetivos propostos, os resultados da pesquisa permitiram analisar que o fracasso escolar na Educação Profissional é um assunto que merece atenção das instituições de ensino para a tomada de estratégias que colaborem com o progresso do aluno. No entanto, se faz necessário superar o preconceito presente na literatura que responsabiliza o estudante e sua família pelo fracasso, vencer a

concepção de aluno ideal partindo da perspectiva de uma diversidade existente numa sala de aula, que apresentam formas variadas de aprender e acessar o conhecimento.

Concluindo estas reflexões iniciais, mas sem esgotar o debate, o qual se desdobra a todo o momento, acredita-se que se faz necessário as constantes intervenções no sentido de possíveis tentativas para a superação do fracasso escolar na Educação Profissional a partir de ações educativas planejadas, levando em consideração o reflexo da realidade concreta dos estudantes para que a formação de cada um deles possa caminhar de forma exitosa. Por meio disso, este trabalho buscou colaborar com a produção do conhecimento sobre o fracasso escolar na Educação Profissional, ao discutir sobre sua produção e a forma que se manifesta nas instituições de ensino tecnológico a partir da análise realizada, como também apontar reflexões na busca de construção de ações que visem minimizar o insucesso escolar.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete. **A menina repetente**. 1. ed. Campinas: Papiros, 1995.

ALMEIDA, Marcilene Dias Bruno de. **Permanência e êxito no Instituto Federal de Goiás Campus Uruaçu: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019. 225 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006.

AZEVEDO, Fernando de. **A Transmissão da Cultura**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação Profissional e Tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Revista Boletim Técnico do Senac**, vol. 38, n. 2, p. 27-40 mai/agos 2012.

BDTD - Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações, 2003. Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências**. Brasília, 23. Jul. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em: 8. mai. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909. **Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito**. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. **Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários**. Rio de Janeiro, 22 jan. 1942. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**. Rio de Janeiro, 10 jan. 1946. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev.2020.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica**. Brasília, 16. Jul. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm>. Acesso em: 3. abr. 2020 e 20. mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.** Brasília, 20 de dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394>. Acesso em: 5. mai. 2020.

BRASIL. Lei nº 4.024. **Dispõe sobre as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.** Brasília, 20. Dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024>. Acesso em: 21 fev. 2020.

BRASIL. Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968. **Dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico Industrial de Nível Médio.** Brasília, 5. nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5524>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, 11. Ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692>. Acesso em: 10. mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Brasília, 30. Jun. 1978. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545>. Acesso em: 11. mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Brasília, 8. dez. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8948>. Acesso em: 2. abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, 20. Dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 4. mai. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 16/99.** Brasília: Ministério da Educação, 05 out. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/rede/legisla_rede_parecer1699.pdf>. Acesso em 8. Jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº. 5.478 de 24/06/2005 revogado para Decreto nº. 5.840, de 13 de julho de 2006. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5840. Acesso em: 18. Jan. 2021.

BRASIL. Decreto Nº 5.840, de 13 de julho de 2006. **Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA.** Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 28/01/2021.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

CARVALHO, José Sergio de. A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico In: PATTO, Maria Helena de Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia**. 4 ed. São Paulo: Intermeios, 2015. p. 405-411.

CAPES. Catálogo de Teses e Dissertações, 2000. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 17, n. 49, jan.-abr. 2012.

CONCEIÇÃO, José Luís Monteiro da. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão**. Rio de Janeiro, 07, fevereiro 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br>. Acesso em: 12 de out. 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2.ed. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da Educação Profissional Tecnológica com a universalização da Educação Básica. **Revista Educação Sociologia**, vol. 28, n 100, p.1129-1152, out, 2007.

GHIRALDELLI, Junior. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Jerusa Vieira. Prefácio. In: PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Intermeios, 2015.

GUTIERREZ, G. L. A metodologia científica e o estudo das organizações. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, vol. 26, n.1, p. 91-96, jan./mar, 1999.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, vol.02, n.19, p. 1-11, jan-abri, 2002.

LOPES, Mateus Sena. **Evasão e fracasso escolar de alunos de comunidades indígenas do Instituto Federal de Roraima / Campus Amajari: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. 115p.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil.** 4. ed São Paulo: Cortez, 2002.

MENARDI, Ana Paula Seco. **A educação na literatura de viagem e na literatura jesuítico.** Tese (doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, p. 289. 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CEB nº 16/99. **Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.** Brasília, 5. Out. 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf>>. Acesso em: 12 de fev. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Decreto nº. 5.478. **Trata do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).** Disponível em <http://portal.mec.gov.br/proeja>. Acesso em: 18. Jan. 2021.

MORAIS, Edissônias Cordeiro. **A relação da escola com as famílias empobrecidas: a atualidade da obra A produção do fracasso escolar.** Dissertação (mestre em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 109. 2018.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e Educação Profissional: Dualidade Histórica e Perspectivas de Integração. **Revista Holos**, vol. 2, n.23, p. 4-27, 2007.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais: uma revolução na educação tecnológica.** Portal Mec, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 de set. 2019

PAIVA, José Maria. **Educação Jesuíta no Brasil Colonial.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia.** 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PRACIANO, Mary Vânia Teixeira. **Aprovação parcial na Escola Estadual de Educação Profissional Maria Ângela da Silveira Borges: avanços e dificuldades.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2019 125 p.

RANGEL, Mary; SOUSA, Carolina. “Escola de Qualidade” e Superação do Fracasso Escolar. **Revista Ambiente e Educação**, vol.05, n. 01, p.101-109, jan-jun, 2012.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos, CARDOSO, Valéria Maria Lima. As transformações do mundo do trabalho e as repercussões na Educação Profissional: a transição dos Cefets para os Ifets. In: XXII Seminário Nacional UNIVERSITAS/ Br, Natal. **Anais do XXII Seminário Nacional Universitas/Br**, 2014.

RIBEIRO, Maria Izabel Souza. **A medicalização na escola: uma crítica ao diagnóstico do suposto transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (tdah)**. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015. 267p.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, vol.12, n.34, p. 153-155, jan-abr, 2007.

SILVEIRA, Rozieli Bovolini. **O Programa Permanência e Êxito no Instituto Federal Farroupilha: trabalho pedagógico e fracasso escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. 167p.

SOUZA, Antônia de Abreu. **Políticas públicas para a Educação Profissional e Tecnológica no Brasil**. 4. Ed. Fortaleza: Editora UFC, 2011.

ZAGO, Marcia de Freitas. **Configuração e consolidação de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Tese (Doutora em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, 2018. 184p.